

ISABELA TAWANE SILVA

Matrícula 11521ECO046

**UMA ANÁLISE DA DINÂMICA DE CRÉDITO DOS BANCOS
PÚBLICOS E PRIVADOS NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA
E ITUIUTABA NO PERÍODO DE 2003-2020.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2023

ISABELA TAWANE SILVA

Matrícula 11521ECO046

**UMA ANÁLISE DA DINÂMICA DO CRÉDITO DOS BANCOS
PÚBLICOS E PRIVADOS NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA
E ITUIUTABA NO PERÍODO DE 2003-2020.**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como pré-requisito a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dra. Vanessa da Costa Val Munhoz

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISABELA TAWANE SILVA

Matricula 11521ECO046

**UMA ANÁLISE DA DINÂMICA DO CRÉDITO DOS BANCOS
PÚBLICOS E PRIVADOS NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA
E ITUIUTABA NO PERÍODO DE 2003-2020.**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como pré-requisito a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dra. Vanessa da Costa Val Munhoz

BANCA EXAMINADORA

Uberlândia, 31 de Maio de 2023

Prof. Dra. Vanessa da Costa Val (IERI – UFU)

Prof. Dra. Soraia Aparecida Cardozo (IERI – UFU)

Prof. Dra. Thaís Guimarães Alves (IERI – UFU)

AGRADECIMENTOS

É com imensa alegria que inicio meus agradecimentos destacando o quanto estou realizada em estar nessa parte final da minha graduação, que é o meu trabalho de conclusão, foi um sonho realizado, mesmo com muitos desafios, muitos momentos difíceis, eu chego aqui com uma bagagem imensa de aprendizados e realizações.

Ao sair da minha cidade para vir para Uberlândia passei por diversas mudanças na minha vida, novas experiências e conheci pessoas que se tornaram muito importantes para mim, cada uma delas foram essenciais para cada passo e cada conquista minha aqui.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer à minha mãe Elisabete, sem ela nada disso seria possível, ela que sempre batalhou muito para que nada nos faltasse, que sempre incentivou meus estudos, que sempre foi meu alicerce e minha força nisso tudo, sou imensamente grata por tudo e dedico tudo isso a você.

Agradeço ao meu pai Roberto por todo apoio e pelo seu coração imenso, à minha irmã Laís por sempre ter estado ao meu lado e acompanhado cada passo meu, à minha família que eu amo tanto e sempre foram meu apoio.

Agradeço também ao meu namorado Sérgio que foi um dos presentes que Uberlândia me deu, que sempre me apoiou e esteve ao meu lado, além da sua família que me acolheu aqui como parte da família também. Aos grandes amigos que fiz pra vida aqui, em especial aos da faculdade que acompanharam toda minha jornada, em especial à Maria Luiza e ao Lucas que me incentivaram desde o início desse projeto e também a tantos outros que vou guardar comigo pra sempre.

Gostaria também de agradecer aos professores que fizeram parte desse ciclo, mas principalmente à professora Vanessa Val, que além de ter sido uma professora maravilhosa, como orientadora foi mais incrível ainda, agradeço por toda paciência, todo apoio, por toda disponibilidade que sempre teve comigo e deixo aqui minha admiração imensa por você.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Operações de Crédito das Principais Agências Bancárias de Uberlândia em 2020	33
Quadro 2- Operações de Crédito das Principais Agências Bancárias de Ituiutaba em 2020	34
Quadro 3 - Estatísticas Bancárias Mensais por Município. Conceitos Utilizados.	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Saldo da Carteira de Crédito em Relação ao PIB (em % ao ano).....	27
Gráfico 2 - Saldo da Carteira de Crédito de Pessoa Física e Pessoa Jurídica (em milhões de reais).....	30
Gráfico 3 - Produto Interno Bruto (PIB) em Uberlândia e em Ituiutaba (em milhões)..	32
Gráfico 4 – Variação do PIB em Uberlândia e em Ituiutaba (em percentual).....	33
Gráfico 5- Total da Oferta de Crédito em Uberlândia entre 2003 e 2020 (em milhões)	38
Gráfico 6 - Variação do Total de Crédito em Uberlândia (em percentual).....	39
Gráfico 7 - Financiamentos Rurais em Uberlândia (em milhões).....	40
Gráfico 8 - Principais Bancos de Financiamentos Rurais em Uberlândia (em milhões)	41
Gráfico 9 - Financiamentos Imobiliários em Uberlândia (em milhões).....	42
Gráfico 10 - Financiamentos Imobiliários Banco do Brasil x Caixa em Uberlândia (em milhões).....	43
Gráfico 11 – Média dos Financiamentos Imobiliários Banco do Brasil x Caixa em Uberlândia entre 2003 e 2020 (em percentual)	44
Gráfico 12 - Total da Oferta do Crédito em Ituiutaba (em milhões).....	45
Gráfico 13 - Total da Oferta do Crédito em Uberlândia x Ituiutaba (em milhões).....	46
Gráfico 14 - Variação do Total da Oferta de Crédito em Uberlândia x Ituiutaba (em porcentual).....	47
Gráfico 15 - Financiamentos Rurais em Ituiutaba (em milhões).....	48

Gráfico 16 - Principais Bancos de Financiamentos Rurais em Ituiutaba (em milhões)...	48
Gráfico 17 - Financiamentos Rurais em Uberlândia x Ituiutaba (em milhões).....	49
Gráfico 18 - Variação dos Financiamentos Rurais em Uberlândia x Ituiutaba (em percentual).....	50
Gráfico 19 - Financiamentos Imobiliários em Ituiutaba (em milhões)	51
Gráfico 20 – Média dos Financiamentos Imobiliários Banco do Brasil x Caixa em Ituiutaba entre 2003 e 2020 (em percentual).....	51
Gráfico 21 - Financiamentos Imobiliários em Uberlândia x Ituiutaba (em milhões).....	52
Gráfico 22 - Variação dos Financiamentos Imobiliários Uberlândia x Ituiutaba (em percentual).....	53

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a oferta de crédito por parte dos bancos públicos e privados em Uberlândia-MG e Ituiutaba-MG, entre 2003 e 2020, explorando os fatores determinantes dessa oferta, seja em períodos de expansão, seja de desaceleração econômica. Além disso, é feita uma comparação dessa oferta de crédito em Uberlândia e em Ituiutaba nesse período, com vistas a examinar as diferenças regionais de distribuição de crédito e, assim, explorar relações centro-periferia. A base teórica utilizada é a teoria de Keynes e dos pós-keynesianos, segundo as quais em regiões periféricas a preferência pela liquidez dos bancos é maior, conseqüentemente a oferta de crédito tende a ser menor, exigindo uma maior participação de bancos públicos na oferta total de crédito. Em contrapartida, em regiões centrais a oferta de crédito tende a ser maior devido à menor preferência pela liquidez bancária.

PALAVRAS-CHAVE: Crédito; Bancos; Preferência pela Liquidez; Uberlândia – MG; Ituiutaba – MG.

ABSTRACT

This work aims to analyze the supply of credit by public and private banks in Uberlândia-MG, between 2003 and 2020, exploring the determining factors of this supply, whether in periods of abundance or economic crisis. In addition, a comparison is made of this credit offer in Uberlândia and Ituiutaba during this period, thus exposing the regional differences in credit distribution. The theoretical basis used is the theory of Keynes and the post-Keynesians, according to which in peripheral regions the preference for accommodating banks is greater, consequently the supply of credit tends to be smaller, desiring a greater participation of public banks in the total offer. credit. On the other hand, in central regions the supply of credit tends to be greater due to the lower preference for bank money.

KEYWORDS: Crédit, Banks, Preference for Liquidity; Uberlândia – MG; Ituiutaba – MG.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – OFERTA DE CRÉDITO, MOEDA E BANCOS PÚBLICOS NA VISÃO TEÓRICA PÓS-KEYNESIANA	14
1.1. Economia monetária da produção de Keynes.....	14
1.2. Sistema bancário, oferta de crédito e o circuito de financiamento do investimento dos pós-keynesianos.....	18
1.3 Evolução do sistema bancário	21
1.4. Atuação dos bancos públicos em âmbito regional.....	23
CAPÍTULO 2 – BANCOS PÚBLICOS, DESENVOLVIMENTO REGIONAL, A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE CRÉDITO NO BRASIL E A ESTRUTURA BANCÁRIA EM UBERLÂNDIA	26
2.1. Sistema bancário brasileiro e a evolução do mercado de crédito.....	26
2.2. Breve panorama econômico e estrutura do setor bancário no município de Uberlândia	31
CAPÍTULO 3 – A DINÂMICA DA OFERTA DE CRÉDITO NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA	36
3.1. Fonte de dados.....	36
3.2. Dinâmica do Crédito Bancos Públicos e Privados em Uberlândia.....	37
3.3. Dinâmica do Crédito Uberlândia x Ituiutaba.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 56

INTRODUÇÃO

O Brasil passou por uma grande expansão de crédito durante os anos 2000, com destaque para o papel diferenciado dos bancos públicos como agentes anticíclicos pós-crise financeira internacional, vivenciada em 2008/2009. Sob este contexto, o objetivo da monografia é analisar a oferta de crédito por parte dos bancos públicos e privados em Uberlândia-MG e em Ituiutaba, entre 2003 e 2020, explorando os fatores determinantes dessa oferta, seja em períodos de expansão, seja de desaceleração econômica. Além disso, é feita uma comparação dessa oferta de crédito em Uberlândia e Ituiutaba nesse período, com vistas a examinar as diferenças regionais de distribuição de crédito e, assim, explorar relações centro-periferia.

Segundo a abordagem pós-keynesiana, o papel dos bancos é essencial para explicar a trajetória das economias, pois além de terem uma conduta pró-cíclica, segundo a qual expandem o crédito em momentos de expansão da economia e contraem em momentos reversos, sustentam o nível de atividade econômica em momentos de fragilidade na economia. Devido às práticas mencionadas, é fundamental destacar a importância do crédito ofertado pelos bancos no desenvolvimento econômico tanto nacional, quanto regional, no financiamento de infraestruturas e na inovação tecnológica. (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2020)

Entre os anos 2003-2020, período em que se inicia uma considerável expansão do crédito no Brasil e é marcado por períodos de instabilidade financeira, o crédito ofertado pelos bancos exerceu um papel fundamental na dinâmica do desenvolvimento regional em segmentos específicos analisados, seja a dinâmica total do crédito, seja no segmento de financiamentos rurais ou no segmento de financiamentos imobiliários. Assim, adianta-se aqui um movimento encontrado na análise empírica de que, a partir de 2003, houve uma expansão significativa em todos esses segmentos de crédito em Uberlândia e também em Ituiutaba, ocasionando assim em um desenvolvimento econômica local positivo e investimentos em infraestrutura e inovação, destacando-se com isso, a importância do crédito para expansão da economia como um todo.

A discussão apresentada nesse estudo também enfoca a necessidade da compreensão da dinâmica do crédito em regiões mais e menos desenvolvidas conforme Jaime Jr. e Crocco (2010), os bancos tendem a concentrar suas atividades em regiões que apresentam um maior desenvolvimento, conseqüentemente havendo uma maior oferta e demanda por crédito, devido ao maior aprimoramento do sistema financeiro. Já em regiões menos desenvolvidas, ou também chamadas de regiões periféricas, há uma maior preferência por liquidez devido a uma maior incerteza, ocasionando assim em uma menor oferta e demanda por crédito.

A justificativa para análise da cidade de Uberlândia se deve ao fato de ser um município bastante dinâmico economicamente, com uma localização privilegiada em âmbito nacional e um dos municípios que tem maiores atividades econômicas do estado de Minas Gerais, sendo o município central da região do Triângulo Mineiro. Já para a análise de Ituiutaba se justifica por ser um município menos desenvolvido em comparação à Uberlândia, se localiza também no Triângulo Mineiro e uma das características que se assemelha à Uberlândia é o fato de também ter um campus da Universidade Federal de Uberlândia. Sendo assim, o objetivo específico desse estudo é mostrar a dinâmica do crédito no município de Uberlândia e de Ituiutaba, o papel que os bancos públicos exercem na oferta de crédito para o financiamento local e conseqüentemente para o desenvolvimento econômico do município em questão regional. Sendo assim, será analisada a dinâmica do crédito em um município central versus um periférico.

A monografia será dividida em três capítulos com objetivos específicos. O primeiro capítulo apresenta o embasamento teórico da discussão, destacando a importância do conceito de economia monetária de Keynes partindo do papel da moeda e passando pela preferência pela liquidez. Segundo o autor, além disso, também será apresentado o importante papel dos bancos na oferta de crédito, relatando como os bancos são essenciais para o financiamento do investimento. Por último, será discutido teoricamente a diferente atuação bancária e distribuição de crédito regional, expondo como essa diferente oferta entre regiões centrais e periféricas reflete em seu desenvolvimento econômico.

O segundo capítulo faz uma abordagem histórica no ciclo do crédito no Brasil entre os anos 2003 e 2020, além de apresentar sucintamente uma análise do setor bancário de Uberlândia e de Ituiutaba. Já no terceiro capítulo realiza-se uma análise empírica dos dados dos balancetes dos bancos, e após apresenta uma comparação entre Uberlândia e a cidade de Ituiutaba, mostrando os resultados com base nos indicadores de crédito e preferência pela liquidez. Por fim, são feitas as considerações finais com base nos resultados alcançados ao longo do estudo.

CAPÍTULO 1 – OFERTA DE CRÉDITO, MOEDA E BANCOS PÚBLICOS NA VISÃO TEÓRICA PÓS-KEYNESIANA

Nesse capítulo será exposta a visão teórica dos Pós-Keynesianos, discutindo a importância do conceito de economia monetária de Keynes. Parte-se do papel da moeda e chega-se na concepção de preferência pela liquidez desenvolvida pelo autor. Além disso, também será tratado o importante papel dos bancos na oferta de crédito, relatando como os bancos são essenciais para o financiamento do investimento. Ademais, será apresentado o circuito de financiamento dos Pós-Keynesianos.

1.1. Economia monetária da produção de Keynes

Em sua obra, Carvalho (2006) ressalta a visão de Keynes quanto a definição de economia monetária, que nada mais é que aquela em que a moeda afeta as motivações e comportamentos dos agentes econômicos em curto e longo prazo, assim como o papel da mesma pode influenciar uma deficiência de demanda efetiva que pode gerar um estado de depressão e desemprego. Ele ainda traz a ideia de Keynes que as economias monetárias são economias nas quais um agente econômico, antes de ser um consumidor deve ser um produtor.

De acordo com Amado (2000), diferentemente do conceito ortodoxo que se refere à moeda como um simples meio de troca, na visão de Keynes, a mesma se trata de um elemento com papéis fundamentais a desempenhar, papéis que estão ligados à concepção de economias monetárias, concebida como sendo não neutra tanto no longo quanto no curto prazo. São três os elementos básicos, que quando conjugados, geram condições que permitem a não-neutralidade de longo prazo da moeda, sendo eles a concepção de tempo, a concepção de incerteza e a concepção de moeda. Para compreender a não-neutralidade da moeda, a concepção de tempo retrata o seu caráter histórico, sendo ele irreversível, portanto, se suas expectativas forem frustradas, as suas decisões prévias não podem ser revisadas, sendo assim imutáveis. (AMADO, 2000)

Para os Pós-Keynesianos, a definição mais explícita para a não-neutralidade da moeda se trata do quanto ela gera efeitos permanentes no sistema econômico, já que ela impacta o nível de renda e emprego, variáveis reais da economia. Sendo assim, a moeda não é neutra nem no curto e nem no longo prazo, já que pode ser demandada em busca de segurança que a sua liquidez proporciona. Além disso, a não-neutralidade da moeda permite aos agentes econômicos o aproveitamento de instrumentos do Banco Central, viabilizando crescimento, investimento e emprego. (SANTANA; ARANTES,2021)

Segundo Keynes, a moeda exerce quatro funções, explicadas a seguir. A função de unidade de conta, que é primeira função da moeda em uma economia monetária de produção, é essencial na economia para desenvolver contratos, e ele ressalta que todas as outras funções derivam dessa. A segunda função da moeda é a função de meio de pagamento, que se refere à propriedade de pôr fim a obrigações contratuais e a transações, extinguindo qualquer relação de débito e crédito, ou seja, a moeda como função de meio de pagamento encerra as relações de débito e crédito que apresentam os contratos e as trocas no geral. Já a função de reserva de valor da moeda, representa a ligação do poder de compra do presente para o futuro, significando uma forma segura de poder de compra entre os dois momentos, sendo a sua relação com os contratos que lhe permite essa função. Por fim, a função da moeda como meio de troca, desempenha todas as funções anteriores como um elemento único, apesar de que essa função não indica uma individualidade em uma economia monetária de produção. (AMADO, 2000)

A moeda é tida, assim, como um ativo líquido, sendo que o mesmo pode ser considerado como a propriedade de transformação do ativo em questão em outra mercadoria de imediato, sendo assim, a moeda é considerada ativo líquido por ser transmutável em meio de troca instantaneamente, sendo nulo o seu custo de transação. No entanto, quando há alguma probabilidade de transformação do seu valor, sua liquidez pode ser menor. (AMADO, 2000)

A moeda é considerada fundamental no processo de análise da atividade econômica e desequilíbrios regionais, podendo afetar indivíduos, empresas e a economia como um todo, tanto no curto quanto no longo prazo. Com base em tais fatores, segundo

a análise dos pós-keynesianos, a moeda é um elemento não neutro e fundamental para compreender as desigualdades regionais. (NOGUEIRA; CROCCO; SANTOS, 2010)

Segundo Chick, 1983, ao considerar que os preços das mercadorias sofrem variações, a mesma não é totalmente líquida se for considerado a liquidez em medida das mercadorias que ela compra, ou seja, quanto mais estabilidade tem a moeda, maior é a sua liquidez. Keynes ainda ressalta que a moeda é o limite máximo ao se medir a liquidez. Sendo assim, ela é um ativo líquido e representa a flexibilidade de quem a possui, pois quanto mais líquido o ativo, maior a flexibilidade de quem a detêm, em função de sua segurança. (AMADO, 2000)

Ao se tratar da demanda por moeda, Keynes (1982), define que há três motivos para a demanda da mesma, o primeiro é o motivo transação, que argumenta a necessidade de moeda para transações correntes das trocas pessoais e comerciais, além de deduzir uma previsão dos recebimentos e despesas. O segundo motivo, é o motivo precaução, que diz respeito às incertezas das economias monetárias de produção e a necessidade de segurança em relação ao futuro. Um efeito decorrente dos dois primeiros motivos é que, ao baixar as taxas de juros, o nível da renda se eleva, o que leva a um crescimento da demanda por moeda. Já o terceiro motivo, chamado de motivo especulação, ressalta o importante papel da moeda como reserva de valor nas economias monetárias de produção, e depende das expectativas em relação ao valor futuro da taxa de juros.

Posteriormente, Keynes inseriu um novo motivo para a demanda de moeda, que é o motivo *finance*, que é uma demanda temporária de moeda. Está associada ao investimento, portanto, é planejada, mas acontece antes mesmo da realização do investimento propriamente dito, está relacionado à demanda por moeda antecipada a alguma despesa discricionária planejada, mas não rotineira, como é o caso do investimento em bens de capital. (AMADO, 2000)

Ainda, segundo Amado (2000), assim como é importante discutir sobre os motivos que levam a demandar moeda, é importante destacar também os motivos que delimitam essa demanda, e o principal motivo é a taxa de juros, e segundo Keynes (1982):

“Ela é o ‘preço’ que equilibra o desejo de manter a riqueza na forma de moeda com a quantidade disponível de moeda.” Ou seja, a taxa de juros é o elemento que permite a estabilidade do sistema. Com isso, segundo Carvalho (2006), Keynes baseia a taxa de juros ao apego a formas que trazem mais segurança na acumulação de riquezas. Além disso, a redução de bens e serviços devido à retenção da moeda, é referente à moeda em si, quanto se trata de depósitos à vista as consequências depende exclusivamente dos bancos, do que eles farão com os recursos.

Conforme descrito por Keynes (1982), a taxa de juros é a retribuição da renúncia da liquidez em determinado período, sendo que a preferência pela liquidez ocorre justamente pela incerteza quanto à taxa de juros e, em conjunto, a moeda e a preferência pela liquidez podem determinar as taxas correntes de juros. Se for considerado uma ausência de um mercado organizado devido ao motivo precaução, a preferência pela liquidez se elevaria, sendo que ao contrário, na existência de um mercado organizado, haveria um caminho para diversas flutuações da preferência pela liquidez. Na medida em que a taxa de juros abaixa, a preferência pela liquidez concentra uma maior quantidade de moeda, isso devido ao motivo transação. Além disso, quando a taxa de juros está baixa, os agentes esperarão que ela irá aumentar no futuro o que leva à transformação dos agentes altistas em agentes baixistas. Ainda vale ressaltar que, a incerteza é o que gera, diante das mudanças na quantidade de moeda, a estabilidade do sistema. (KEYNES, 1982)

Um conceito importante quanto se trata de investimento, é o conceito de *finance*, que segundo a definição de Keynes, é a liquidez que o empresário retém entre o planejamento de investir e o momento em que o investimento é concretizado. Caso haja um aumento do investimento planejado e os elementos que geram a preferência pela liquidez permaneçam inalterados, haverá um aumento da taxa de juros, o que pode desincentivar o investimento, o que torna fundamental a ação dos bancos, já que eles desempenham um papel fundamental ao se tratar de empréstimos e são os principais criadores de finanças. Apesar disso, eles nem sempre alojam todas as necessidades de liquidez no setor real da economia. Eles mostram maiores preferências pela liquidez em momentos de maior incerteza e que há expectativas negativas. (AMADO, 2000)

Ademais, ao se tratar da preferência pela liquidez, pode-se afirmar que ela está diretamente relacionada com a incerteza, objetivando formas mais seguras de acumulação de riqueza. Ou seja, quando as expectativas estão pessimistas e incertas sobre o futuro, o indivíduo opta por manter a retenção da moeda, buscando segurança e flexibilidade no presente para encarar o futuro. (KEYNES, 1982)

1.2. Sistema bancário, oferta de crédito e o circuito de financiamento do investimento dos pós-keynesianos

A visão convencional sobre o papel das instituições e mercados financeiros no processo de acumulação em economias de mercado trata o mercado financeiro como um simples intermediador de capital entre poupadores e investidores, contendo taxas de juros reais positivas e únicas, como estímulo à poupança, intermediação financeira e ao investimento, considerado maximizador de lucro neutro ao risco. Ou seja, na visão neoclássica, o sistema financeiro funciona apenas como provedor de meios de pagamentos e intermediário de poupanças.

Por sua vez, a perspectiva pós-keynesiana, que tem como base o circuito financiamento-investimento-poupança-*funding*, é justamente uma crítica a essa visão ortodoxa. Para este enfoque teórico, taxas de juros altas e políticas liberalizantes podem se mostrar contrárias ao aumento de poupança e investimento, podendo inviabilizar projetos de investimentos e até mesmo gerar instabilidade financeira, sendo o sistema bancário essencial no que tange ao financiamento do investimento.

Segundo Studart (1993), a crítica pós-keynesiana tem como base três argumentos principais: em primeiro lugar argumenta-se que o financiamento do investimento não depende de uma poupança prévia, na verdade é ele que possibilita a criação de renda através do efeito multiplicador, sendo que a poupança representa apenas um subproduto desse mesmo efeito. Em segundo lugar, é preconizado que o nível do investimento está relacionado ao nível da taxa de juros, já a taxa de juros não está relacionada ao ajuste da relação entre investimento e poupança, mas sim no que afeta a demanda e oferta por moeda. Em último lugar, essa abordagem defende que o *funding* pode ser essencial na

redução de fragilidade financeira, que pode ocorrer devido ao financiamento do investimento que se baseie no crédito bancário.

Na teoria de Keynes, podemos perceber que o papel dos bancos parte de simples armazenadores de dinheiro e intermediários de poupança, para principais provedores de meios de pagamentos. Tal visão se une à teoria do investimento que, segundo ele, formam uma visão opcional sobre o financiamento do investimento e sobre o papel do sistema financeiro na economia. O autor argumenta que o investimento procede a criação da renda, portanto a poupança é determinada e não determinante do investimento. Além disso, a condição dos bancos de gerar crédito proporciona uma flexibilidade na elevação financeira. (STUDART, 1993)

Quanto à dinâmica dos bancos em sua fase expansionista, os pós-keynesianos apresentam principal a função em admitir as demandas por crédito das firmas, sendo essenciais ao crescimento da economia monetária, além de que, em uma conjuntura expansionista induz aos mesmos a adotar uma postura mais especulativa com objetivo de adquirir maiores lucros. Já em sua fase contracionista, eles exercem o papel de amplificar o panorama de crise que se insere. Sendo assim, tendem a cumprir aspectos conservadores frente ao risco financeiro, por meio da preferência pela liquidez em suas aplicações. Portanto, em conformidade com os pós-keynesianos. O ciclo econômico influencia e é influenciado em função ao risco que os agentes econômicos definem meio as suas expectativas. (PAULA, 2014)

Ainda segundo a teoria de Keynes, a preferência pela liquidez é o principal determinante da taxa de juros, dadas as políticas das autoridades monetárias e dos bancos, que determinam a oferta de moeda. Sendo a taxa de juros um fenômeno específico monetário, sendo que sua principal variável na determinação da eficiência marginal do capital é a expectativa empresarial de longo prazo, podendo afetar diretamente no investimento. Já taxas de juros elevadas não estimulam o investimento, podendo afetar até mesmo projetos de investimentos que já estão em andamento. (STUDART, 1993)

O autor supracitado afirma que na visão macroeconômica o financiamento do investimento acarreta os meios fundamentais à consolidação financeira, visto que, assim como relacionado a criação de renda, também é uma porção de poupança desejada na mesma proporção que o investimento. Na análise do *funding*, é mostrado o lado positivo do papel dos mercados organizados de título de dívida e propriedade, que se reforça com a análise de fragilidade financeira de Minsky, que defende a possibilidade de financiamentos de posições de longo prazo por meio da administração de um fundo rotativo de passivos de curto prazo. Além disso, também afirma que um aumento rápido no investimento e das expectativas otimistas, pode acarretar uma redução de segurança, o que poderia ser resolvido com a existência de canais de consolidação financeira. (STUDART, 1993)

De acordo com Minsky, as margens de segurança são definidas para o fluxo de caixa, para o valor de capital da firma e para o balanço patrimonial, sendo que são influenciadas pelo efeito de formação de expectativas sobre a incerteza, sendo que são necessárias pelo fato de as firmas atuarem em condições incertas em uma economia monetária. Além disso, Minsky argumenta que a decisão de investir, de escolha de ativos e de meios de financiamento são coexistentes, sendo que a simultaneidade das mesmas delibera o grau de vulnerabilidade da economia em meio a mudanças na conjuntura econômica. (PAULA, 2014)

Vale ressaltar ainda, segundo a visão de Keynes, os problemas que envolvem a separação entre os atos de poupar e investir são analisados com base nos pilares de uma estrutura financeira subentendida que são definidas por um sistema bancário desenvolvido e a existência de mercados organizados de ações. Além disso, no panorama pós-keynesiano a estrutura institucional não estima a aplicabilidade do sistema financeiro, mas sim possíveis formas para o financiamento da acumulação em economias monetárias. (STUDART, 1993)

Portanto, segundo os pós-keynesianos, o sistema financeiro aloca um papel que vai além de simples alocador de recursos, mas representa um papel fundamental ao crescimento econômico, sendo que é necessário a análise da estrutura financeira e

condições dos países separadamente, para então começar a entrar em políticas financeiras. (STUDART, 1993)

1.3 Evolução do sistema bancário

Devido à importância da moeda nos estudos dos pós-keynesianos, é de extrema importância analisar desde sua criação até seu último ciclo de desenvolvimento, que caminha em conjunto com o desenvolvimento do sistema financeiro. Com isso, é fundamental analisar cada estágio de desenvolvimento do setor bancário proposto por Chick com base na teoria de Keynes, visto que houve um desenvolvimento contínuo no sistema em cada um de seus estágios, eles sintetizam a “transição keynesiana” para o crescimento bancário estimulado pelo investimento.

No Estágio I do sistema bancário, havia muitos bancos e eram pequenos, sendo que sua principal função era de receptor de poupança e os débitos normalmente não eram utilizados como meios de pagamentos. Eles precisavam dos depósitos para ter as reservas e com isso oferecer empréstimos, em consequência, se houvesse uma grande quantidade de empréstimos, poderia resultar uma considerável perda de reservas. Nesse estágio, há uma combinação entre poupança e seu uso para investir, sendo que elas se formam a partir dos depósitos, providas da oferta de moeda que as pessoas, com aumento de confiança nos bancos, no qual não desejam mais reter na forma dinheiro. Sendo assim, a poupança é o elemento que determina o volume de investimentos. (CHICK, 1994)

Já no Estágio II, apesar do tamanho dos bancos se expandir, seu número é reduzido e os depósitos passam a ser essenciais como meios de pagamento e houve uma redução de riscos, mesmo com aumento de empréstimos. Ademais, vale ressaltar que ao se tornar meios de pagamento, os depósitos então representam a renda como um todo, tanto para o consumo como para o investimento, além de que os empréstimos desempenham um papel fundamental quanto ao financiamento de investimentos. (CHICK, 1994)

Chick (1994) aponta que, o Estágio III, pode ser entendido como uma continuidade do estágio dois, porém o multiplicador de depósitos bancários se mostra

mais eficiente, sendo que nesse estágio é introduzido empréstimos interbancários, aproveitando de forma eficaz as reservas bancárias.

Com a chegada do Estágio IV, foi necessário assumir uma nova teoria quanto ao comportamento bancário, com base na rentabilidade marginal do aumento dos empréstimos, pelo fato de aumento dos custos marginais ao se adquirir reservas adicionais. Nesse estágio os bancos podem contar com o Banco Central em casos de faltas nas reversas, visto que neste momento podem ceder empréstimos além da capacidade determinada pelas reservas do sistema, sendo então capazes de acompanhar a expansão nos empréstimos, ocasionando aumento de depósitos. Além disso, mesmo com uma taxa de juros alta devido a essa adição de reservas, os bancos poderão expandir os empréstimos além de sua capacidade, mas de maneira precisa para que seja rentável. (CHICK, 1994).

Ao descrever o Estágio V do sistema bancário, Chick (1994) observa que este estágio se diverge do quarto por não ter uma conduta passiva em relação a um dos lados dos balanços dos bancos, sendo este uma estratégia de maximizar vendas para obtenção do domínio do mercado. Pode-se considerar que aqui os bancos administram o passivo, e ele se desenvolve como uma fração relativa ao aumento na concorrência entre instituições financeiras.

Além disso, nesse estágio os bancos enfrentam uma acirrada competição com outros agentes financeiros, sendo que antes os ajustes bancários eram pelo lado dos ativos, a partir disso são sujeitos a adquirir instrumentos para gerenciamento de passivos. Os bancos focam em manter sua fatia de mercado. (FIGUEIREDO, 2009)

Após a análise acerca dos estágios do sistema dos bancos, é correto afirmar que no Estágio I, a poupança precisa ser realizada antes do investimento, podendo ele ser fracassado se preceder a poupança. Já no Estágio II, poderia ocorrer ao contrário, sendo o investimento antemão à poupança, já que a poupança seria repostada por novos depósitos bancários devido a expansão de empréstimos. Vale ressaltar que os estágios posteriores não alteraram esse último processo, apenas o fortaleceu. (CHICK, 1994).

Além disso, no Estágio II a maioria dos fluxos de renda circulam através dos bancos, sendo que os poupadores já não têm mais influência sobre o volume dos depósitos ou dos negócios bancários. A partir desse estágio, a prioridade do investimento sobre a poupança continua inalteradamente. (CHICK, 1994).

Quanto ao Estágio V, seus efeitos podem ser mais bem compreendidos na área da preferência pela liquidez, os bancos mostram capacidade de competir por depósitos e os mesmos se tornaram mais atrativos, visto que com a administração do passivo foi possível reduzir perdas de capital e obter uma maior remuneração. Além disso, o papel dos bancos como criadores de crédito contribui para a inflação, em contrapartida ela também influencia o aumento da capacidade bancária em ceder empréstimos, sendo fundamental para explicar o motivo da inflação permanecer mesmo com fases de elevado desemprego. (CHICK, 1994).

1.4. Atuação dos bancos públicos em âmbito regional

Os bancos públicos exercem um papel de extrema importância na distribuição de crédito que visa o desenvolvimento regional e financiamento do investimento, tanto de regiões metropolitanas, como de regiões mais periféricas. Bancos como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste do Brasil, Banco da Amazônia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social fornecem crédito a projetos de infraestrutura, pequenos produtores e empreendedores. Além disso, o papel dos bancos públicos foi fundamental em meio à crise de 2008 e 2009 para o fornecimento de crédito. (JAYME JR.; CROCCO, 2010)

Ao fazer uma comparação entre regiões centrais e periféricas, é correto afirmar que as regiões centrais apresentam um maior crescimento em relação às periféricas, além de uma menor importação, os mercados e arranjos institucionais são mais desenvolvidos e a liquidez de ativos maior, sendo que a produção é mais predominante nos setores secundário e terciário, enquanto os periféricos são mais predominantes nos setores primário e terciário. Com isso, é possível concluir que devido às características das regiões mais periféricas, a preferência pela liquidez nessas localidades é maior. Sendo

assim, é importante destacar o papel dos bancos na drenagem de recursos de regiões periféricas para centrais, tendo ciência que ao verificar uma estagnação em certa região, possa deslocar recursos para regiões que apresentam menores riscos e maiores oportunidades de investimentos. (NOGUEIRA; CROCCO; SANTOS, 2010)

Uma questão importante é o fato de que os bancos tendem a concentrar suas operações de empréstimos nas regiões de maior dinamismo econômico, de concentração populacional e nos agentes com maiores garantias e maior capitalização (AMADO, 1998; CROCCO 2011). Nesses termos, a tendência é a de que as regiões mais pobres e com agentes menos capitalizados sofram com falta de recursos.

Em regiões periféricas a busca por maior liquidez é uma forma de proteção, já que essas regiões são caracterizadas por uma incerteza maior quanto ao seu desempenho econômico, sendo considerada uma economia estacionária, com pouco desenvolvimento, baixa tecnologia e pouco aprimoramento do setor financeiro. Além disso, ao se considerar que as instituições bancárias são menos desenvolvidas nessas regiões, consequentemente a oferta de crédito é menor em comparação às regiões desenvolvidas economicamente, ocasionando um menor volume de depósitos devido ao menor nível de renda e maior acúmulo de papel-moeda. (JAYME JR.; CROCCO, 2010)

Já em relação às regiões centrais, que são mais desenvolvidas economicamente, caracterizadas pelas indústrias e pelo abrangente setor de serviços, além de possuir um sistema financeiro mais aprimorado, há uma maior oferta e demanda de crédito, fazendo com que a preferência pela liquidez seja menor, por transmitir mais segurança aos investimentos de menor liquidez. Essas características distintas das duas regiões é o que gera a desigualdade social, destacando a importância do sistema financeiro para conter esses desequilíbrios. (JAYME JR.; CROCCO, 2010)

Há vários argumentos que defendem a importância dos bancos na trajetória da economia, eles podem tanto expandir ou contrair a oferta de crédito, sustentam os níveis de atividade e são eficientes instrumentos de políticas públicas, capazes de promover o desenvolvimento tanto nacional quanto regional e financiar a infraestrutura e inovação

tecnológica. Além disso, ao considerar as características negativas das regiões periféricas, como pouco nível de desenvolvimento, maior incerteza e preferência pela liquidez, os bancos têm papel fundamental não só para fomentar as atividades econômicas e promover o desenvolvimento, mas também tem a necessidade de promover o deslocamento do crédito para tais regiões e reduzir a diferença estrutural. (JAYME JR.; CROCCO, 2010)

Com o intuito de diminuir as desigualdades sociais, é utilizado o crédito público com a criação de fundos específicos para financiar regiões menos desenvolvidas. Alguns exemplos são o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do qual são constituídos 3% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, sendo que a avaliação de eficiência desses fundos é fundamental para reduzir os desequilíbrios regionais. (JAYME JR.; CROCCO, 2010)

Apesar desses fundos serem uma base para uma política de financiamento do desenvolvimento regional, sua eficiência é resultante de uma assimetria entre o governo federal, os bancos públicos e privados e os estados e municípios, no qual os fundos não cumprem então seu real objetivo de amenizar as desigualdades regionais, dependem principalmente da oferta de crédito e financiamento para cumprir tais objetivos, havendo assim uma relação entre a política macroeconômica, a política de desenvolvimento regional e a busca por maior eficiência e menor risco das instituições bancárias. (JAYME JR.; CROCCO, 2010)

CAPÍTULO 2 – BANCOS PÚBLICOS, DESENVOLVIMENTO REGIONAL, A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE CRÉDITO NO BRASIL E A ESTRUTURA BANCÁRIA EM UBERLÂNDIA

Nesse capítulo, será discutido o papel dos bancos públicos, sobretudo na oferta de crédito que influencia no desenvolvimento de regiões, destacando a importância do crédito concedido por esses bancos em regiões centrais e regiões periféricas. Além disso, antes da análise do crédito, também será tratado o processo de reestruturação bancária no Brasil desde o período pós inflacionário e na periodicidade da evolução das operações de crédito no Brasil. Na segunda seção deste capítulo será apresentado um breve panorama econômico e estrutura do setor bancário no município de Uberlândia.

2.1. Sistema bancário brasileiro e a evolução do mercado de crédito

O Brasil passou por uma grande expansão de crédito durante os anos 2000, com destaque para o papel diferenciado dos bancos públicos como agentes anticíclicos pós-crise internacional, divergindo do papel que os bancos privados exerceram no mesmo período no quesito de distribuição de crédito. Não é possível notar uma grande diferença da performance distributiva dos bancos públicos e privados no início dos anos 2000, entretanto, entre 2009 e 2013 a Caixa Econômica Federal adotou uma estratégia diferenciada devido à instituição do Programa Minha Casa Minha Vida, já o Banco do Brasil manteve uma lógica semelhante à dos bancos privados.

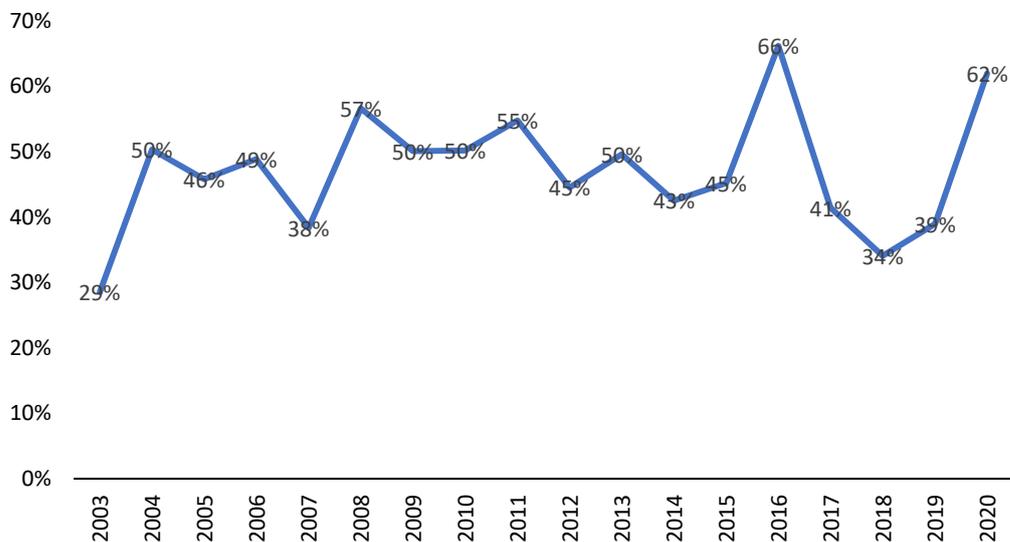
Devido ao desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Pagamentos, estimado pela alta inflação, o setor bancário brasileiro é considerado o maior da América Latina. A evolução desse sistema brasileiro passou por quatro fases. A primeira logo após a implementação do Plano Real, no qual o uso prepotente do Bacen interferindo no sistema financeiro. A segunda fase foi marcada pela modernização dos bancos brasileiros em conformidade às exigências estabelecidas pelo Acordo de Basileia. A terceira fase foi iniciada com programas que tinha como princípio a proteção dos detentores de depósitos nas instituições financeiras. Já a quarta e última fase, foi definida pela entrada dos bancos

estrangeiros no sistema, ocasionando diversas mudanças no setor bancário. (PAULA; OREIRO; BASÍLIO. 2013).

Após a inserção do Plano Real, o setor bancário brasileiro passou por diversas mudanças. Uma delas foi a diminuição de sua importância, tanto em redução no número de instituições, como se tratando em termos de *market share*, isso sendo consequência da entrada de bancos estrangeiros trazendo consigo a perspectiva de melhoria no setor e redução dos altos *spreads* cobrados pelos bancos brasileiros em suas operações de crédito. (PAULA; OREIRO; BASÍLIO. 2013).

No Gráfico 1 observa-se que a relação entre crédito e PIB que até então apresentava queda, começam a se elevar entre 2003 e 2004, apresentando algumas quedas e crescimentos nos anos seguintes, com isso ocorre alterações tanto na estrutura, quanto no desempenho do setor bancário brasileiro, mais predominantemente no setor bancário público do que no privado. (PAULA; OREIRO; BASÍLIO. 2013).

Gráfico 1 - Saldo da Carteira de Crédito em Relação ao PIB (em % ao ano)



Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO ESTBAN DO BACEN.

Entre os anos de 2004 e 2008, foi considerado um dos períodos de maior crescimento de crédito bancário, que conseqüentemente resulta em um período de maior crescimento econômico. Isso se dá devido ao fato de que busquem novos financiamentos para expandir seus negócios e as famílias procuram aumentar seus gastos com bens de consumo com crédito ao decorrer desses períodos de crescimento econômico. (PAULA; OREIRO; BASÍLIO. 2013).

Considerando esse período de elevado crescimento, a partir de 2006 houve um aumento considerável de crédito no setor industrial, mas foi interrompido tal crescimento no final de 2008 devido à crise financeira internacional, resultando na paralização dos investimentos por parte dos empresários e uma maior preferência pela liquidez por parte dos bancários, diminuindo assim a oferta de crédito, tornando a taxa média mensal de crescimento real do crédito industrial negativa no setor privado. (ARAÚJO; CINTRA, 2011)

Devido a essa crise internacional, nessa fase entre 2008 e 2010, o Banco Central implantou diversas medidas no setor bancário com o objetivo de gerar liquidez aos ativos e assim evitar a propagação no mercado interbancário, já que houve uma contração do crédito por parte dos bancos privados, uma dessas medidas adotadas foi a expansão do crédito gerado pelos bancos públicos, conduzindo a um aumento na participação do crédito em recursos livres e liderar o segmento do crédito direcionado. Essas ações anticíclicas dos bancos públicos foram de extrema importância para prevenir uma crise de liquidez e insolvência no setor bancário. (PAULA; JÚNIOR, 2019)

Devido aos problemas mencionados da redução de crédito para o setor industrial por parte dos bancos privados, os bancos públicos foram fundamentais para reduzir essas conseqüências no setor, sendo que nessa primeira fase mais crítica da crise houve um aumento de uma taxa média de 4% ao mês, superior às taxas de crescimento após 2003. (ARAÚJO; CINTRA, 2011)

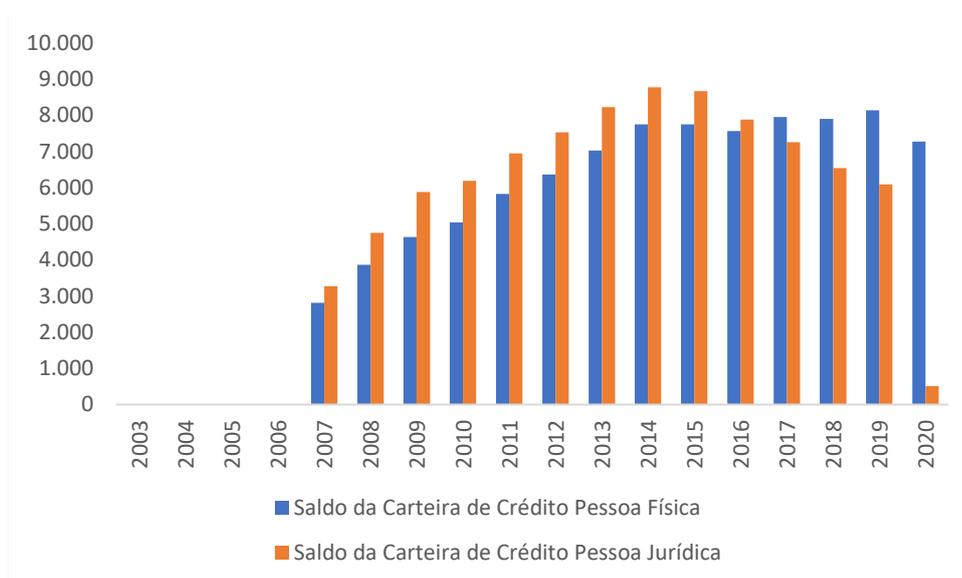
Além do setor industrial, outro setor de destaque no qual o papel dos bancos públicos foi fundamental é o setor rural, que devido às suas características se torna uma

atividade mais arriscada. Então os bancos públicos determinaram que 25% dos recursos originados a partir de depósitos à vista seriam destinados a empréstimos no setor rural, resultando em uma expansão do financiamento nesse setor desde o início do ciclo de crédito em 2003, sendo o Banco do Brasil o principal provedor de crédito do setor. Outro fator importante, é que a crise financeira de 2008 causou impactos no crédito agrícola brasileiro, mais gravemente nos bancos privados, no qual a ação dos bancos públicos também foi fundamental para suprir as dificuldades do setor. (ARAÚJO; CINTRA, 2011)

Outro setor que a atuação dos bancos públicos foi fundamental no período do ciclo do crédito bancário foi o setor habitacional, sendo a Caixa Econômica Federal a principal responsável pelos empréstimos direcionados ao crédito imobiliário, por meio de programas como o Minha Casa, Minha Vida, objetivando reduzir o déficit habitacional no país, que apesar na crise financeiro foi capaz de sustentar o financiamento imobiliário, com a construção de um milhão de residências para famílias de baixa renda. (ARAÚJO; CINTRA, 2011)

No Gráfico 2, nota-se que a partir de 2007, houve recuperação da economia, uma retomada do crescimento do crédito, tanto para PJ quanto para PF, apresentando uma elevação maior para pessoas jurídicas até 2016. No entanto, devido ao acelerado crescimento da economia, houve também uma preocupação em relação ao aumento da taxa de inflação, o que poderia ocasionar em uma vulnerabilidade no setor bancário, fazendo então com que o BACEN tomasse medidas ao final de 2010, que contribuiu com que o crédito tivesse uma desaceleração após o ano de 2016. (PAULA; JÚNIOR, 2019)

**Gráfico 2 - Saldo da Carteira de Crédito de Pessoa Física e Pessoa Jurídica
(em milhões de reais)**



Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO ESTBAN DO BACEN.

Entre 2011 e 2014 houve uma estabilização do nível de oferta do crédito por parte dos bancos privados e pelo crescimento da oferta de crédito dos bancos públicos, que buscaram garantir um crescimento contínuo, com a CEF e o Banco do Brasil tendo uma participação maior, até mesmo em áreas que os bancos privados tinham destaques anteriormente. Vale destacar também que o crédito com recursos livres ficou praticamente paralisado no período, enquanto o crédito direcionado cresceu abundantemente, devido ao elevado crescimento do crédito do BNDES e do crédito imobiliário. (PAULA; JÚNIOR, 2019)

A partir de 2015, houve uma desaceleração da oferta de crédito, numa fase em que a economia brasileira apresentou menores taxas de crescimento. Os bancos públicos seguiram essa trajetória, sendo que o crédito direcionado perdeu participação frente ao crédito de recursos livres, especialmente entre 2015 e 2017. Então, um dos destaques importantes do período pós 2015 foi a perda do papel dos bancos públicos enquanto agentes anticíclicos, contrariamente ao que havia ocorrido no período pós crise internacional.

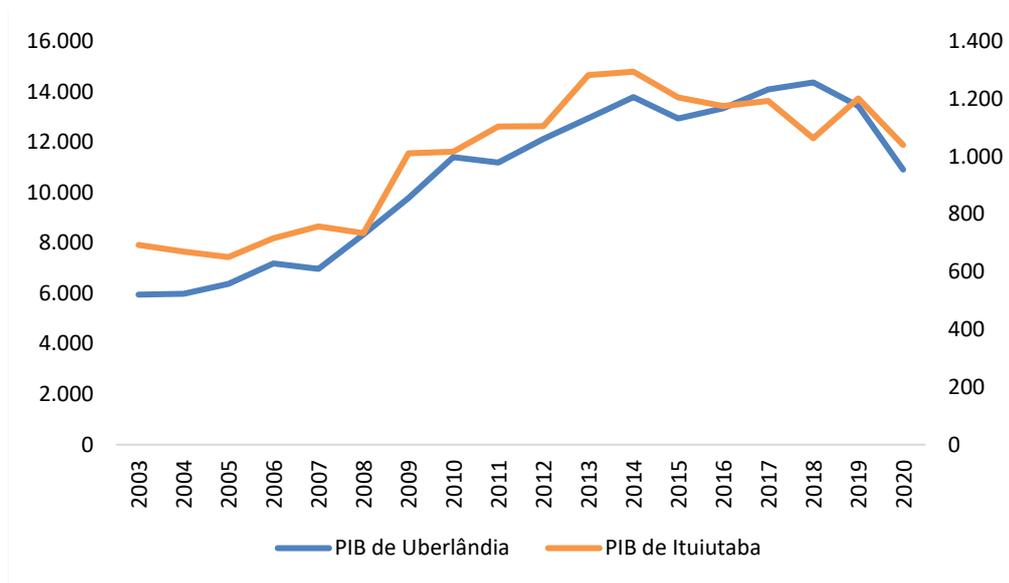
Em toda a fase de crescimento, as regiões Norte e Nordeste tiveram taxas de crescimento do PIB maiores do que a do país tomado como um todo, tendo em vista que contaram com políticas que provocaram esse impacto: como o aumento real do salário-mínimo, o programa Bolsa Família, os programas Territoriais, o próprio crescimento do emprego, que geraram uma forte demanda na região, ao incorporaram uma grande população que estava fora do mercado formal, do crédito, do consumo de bens duráveis. (CORRÊA, 2017)

2.2. Breve panorama econômico e estrutura do setor bancário nos municípios de Uberlândia e Ituiutaba

O Município de Uberlândia fica localizado no estado de Minas Gerais, na região do Triângulo Mineiro, com uma população estimada de 706.597 habitantes, segundo o IBGE (2021). Considerada uma das regiões mais ricas do interior brasileiro, em uma área de importante influência regional, sendo localizada em uma área estratégica de ligação do Sudeste, Centro-Oeste e Norte do país. Já o município de Ituiutaba, também localizado na região do Triângulo Mineiro em Minas Gerais, possui uma população de aproximadamente 105.828 pessoas, segundo o censo de 2021 do IBGE.

No gráfico 3, é possível perceber a variação do PIB de Uberlândia e de Ituiutaba em reais entre os anos de 2003 e 2020. Em Uberlândia, nota-se que apesar de queda em alguns anos específicos, como em 2007, 2011 e 2015, por motivos que afetaram o mercado como um todo nacionalmente, assim como mencionado na seção anterior, o PIB nos municípios apresentaram uma expansão considerável nos demais anos, conseqüentemente significando um crescimento da cidade desde 2003. Já em Ituiutaba, nota-se um PIB bem inferior em comparação à Uberlândia, o que é normal devido as diferenças entre os dois municípios e dimensão entre eles, apesar disso, ambas mostram um comportamento similar em momentos de tensão econômica.

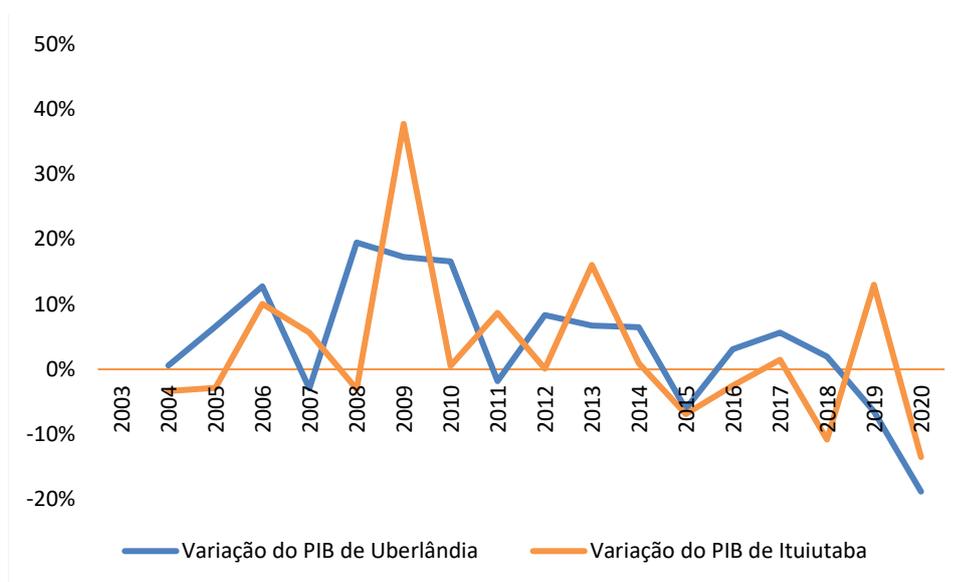
Gráfico 3 - Produto Interno Bruto (PIB) em Uberlândia e em Ituiutaba (em milhões)



Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO IBGE. * NOTA: Ituiutaba no eixo direito.

No gráfico 4, em Uberlândia, percebe-se uma alta consideração entre 2008 e 2009, no pós-crise, devido às medidas realizadas para contenção da crise financeira. Além disso, verifica-se uma queda considerável em 2019, apresentando uma variação percentual negativa a partir de então, ocasionada principalmente pela pandemia do COVID-19.

Gráfico 4 – Variação do PIB em Uberlândia e em Ituiutaba (em percentual)



Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO IBGE.

Em Ituiutaba verifica-se uma variação negativa entre 2014 e 2016, apresentando alta a partir de 2018, e assim como em Uberlândia, apresentando novamente uma variação negativa a partir de 2019, também devido à pandemia do COVID-19.

Quadro 1- Operações de Crédito das Principais Agências Bancárias de Uberlândia em 2020

NOME INSTITUICAO	OPERACOES DE CRÉDITO	EMPRES E TIT DESCONTADOS	FINANCIAMENTOS	OUTRAS OPERACOES DE CRÉDITO	APLICAÇÃO INTERFINANC. DE LIQUIDEZ	TÍTULO E VALOR MOBILIARIO E INST. FIN DERIV
BANCO DO BRASIL	R\$ 986.748.358	R\$ 357.775.376	R\$ 575.838.020	R\$ 407.211	R\$ 0	R\$ 11.572.905
CAIXA	R\$ 2.193.813.150	R\$ 210.518.513	R\$ 2.020.922.279	R\$ 18.280.143	R\$ 0	R\$ 0
ITAÚ UNIBANCO	R\$ 272.053.894	R\$ 220.928.975	R\$ 51.882.892	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
BANCO BRADESCO	R\$ 50.606.833	R\$ 20.506.021	R\$ 29.895.461	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
BANCO SANTANDER	R\$ 230.213.576	R\$ 130.119.437	R\$ 117.584.670	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 25.031.382

Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO ESTBAN DO BACEN.

Quanto ao setor bancário da cidade, destacam-se cinco instituições bancárias na distribuição de crédito, sendo elas os bancos públicos Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, e bancos privados Itáú Unibanco, Bradesco e Santander, destaque que segue a tendência de grandes cidades brasileiras.

No quadro 1, apresenta-se a distribuição nas principais instituições bancárias do município de Uberlândia em operações de crédito, financiamentos, empréstimos e títulos descontados, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários no ano de 2020, onde percebe-se que o domínio em todos os setores é abrangentemente por parte dos bancos públicos, com exceção dos títulos e valores mobiliários que manifestam um maior alcance pelo Banco Santander. Esse comportamento se refere ao potencial de especulação que está presente nesse componente da rubrica ativa dos bancos, que aumenta em períodos de incerteza, sobretudo em instituições privadas que trocam mais facilmente operações rentáveis, mas arriscadas, como os empréstimos por operações lucrativas que são títulos do mercado financeiro.

Quadro 2- Operações de Crédito das Principais Agências Bancárias de Ituiutaba em 2020

Nome Instituição	Operações de Crédito	Empres e Tit Descontados	Financiamentos	Outras Operações de Crédito	APLICAÇÃO INTERFINANC. DE LIQUIDEZ	TÍTULO E VALOR MOBILIARIO E INST. FIN DERIV
Banco do Brasil	130.045.647,54	20.871.489,39	1.331.323,01	56.653,68	0,00	1.293.848,49
Caixa	183.113.015,09	29.250.476,94	346.266,92	1.587.065,34	0,00	0,00
Itáú	13.274.135,75	7.872.780,50	841.949,71	0,00	0,00	0,00
Bradesco	37.186.467,50	1.991.579,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Santander	17.166.394,40	10.502.189,64	1.589.860,48	0,00	0,00	6.671.828,38

Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO ESTBAN DO BACEN.

Já no quadro 2, é exposto a distribuição nas principais instituições bancárias do município de Ituiutaba também em operações de crédito, financiamentos, empréstimos e títulos descontados, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários no ano de 2020. Há um domínio em operações de crédito, empréstimos e títulos descontados e outras operações de crédito por parte dos bancos públicos, já os

financiamentos e os títulos e valores mobiliários tem uma abrangência pelos bancos privados.

É importante destacar que o ano de 2020 foi marcado pela crise econômica decorrente da pandemia do COVID-19 e, segundo as pesquisas do Cepes (2021), 2020 foi um ano que apresentou melhoras na oferta e demanda por crédito, elevando-se a contração dos mesmos, em relação a crises anteriores. Uma das explicações para o comportamento dessa elevação do crédito em meio a uma crise mundial, foram os programas governamentais de crédito juntamente com a atuação do Banco Central, com a criação de mecanismos para direcionamento da liquidez. Portanto, nota-se o quão é de extrema importância o Estado ter a capacidade de tomar medidas contracíclicas que possam alterar a lógica do mercado e reverter ou pelo menos amenizar momentos de crise.

CAPÍTULO 3 – A DINÂMICA DA OFERTA DE CRÉDITO NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA

Este capítulo será dividido em três seções, sendo que a primeira fará uma apresentação das fontes de dados utilizadas para desenvolvimento e análise das seções seguintes. Na segunda seção são expostas as análises da distribuição de crédito em Uberlândia e como foi o comportamento dessa distribuição, comparando os bancos públicos com os bancos privados. Já na terceira seção, é feita uma comparação da oferta de crédito entre os municípios de Uberlândia e Ituiutaba, destacando a diferenciação regional entre elas.

3.1. Fonte de dados

Nesta etapa do projeto de pesquisa da monografia, a base de dados utilizada foi de dados do Banco Central do Brasil (BACEN), na parte à qual representam às estatísticas do Sistema Financeiro Nacional (SFN), juntamente com as séries de dados correspondente às estatísticas bancárias mensal por município (ESTBAN). Os municípios informados são identificados pela mesma nomenclatura dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os dados elaborados são feitos através de nomenclaturas conhecidas como verbetes.

Neste estudo serão escolhidos alguns dados conforme o quadro a seguir:

Quadro 3 - Estatísticas Bancárias Mensais por Município. Conceitos Utilizados.

DATA_BASE	Base a que se referem as informações
UF	Unidade federativa a qual o município pertence
CODMUN	Codificação interna deste Banco Central do Brasil para cada município
CODMUN_IBGE	Codificação do IBGE para cada município
MUNICIPIO	Nome do município
CNPJ	Raiz do número do CNPJ da Instituição Financeira
NOME_INSTITUICAO	Nome da Instituição Financeira
AGENCIA	Apresentado somente no arquivo por agência, é o CNPJ da referida agência
AGEN_ESPERADAS	Apresentado somente no arquivo por município, é a quantidade de agências esperadas da Instituição Financeira no município
AGEN_PROCESSADAS	Apresentado somente no arquivo por município, é a quantidade de agências processadas da Instituição Financeira no município
VERBETES (110 a 907)	Indicam cada um dos itens da Estatística Bancária Mensal e representam a aglutinação de saldos do balancete da data-base correspondente

Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO ESTBAN DO BACEN.

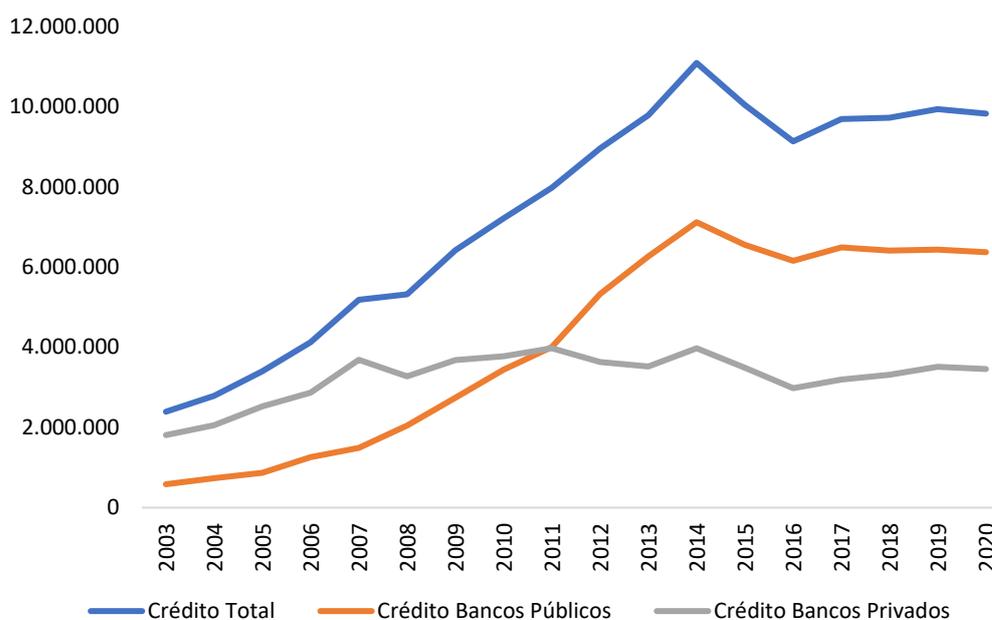
3.2. Dinâmica do Crédito Bancos Públicos e Privados em Uberlândia

Após os anos 90, o mercado bancário passou por uma forte reestruturação com a implementação do Plano Real, ocasionando em um forte crescimento nos depósitos e consequentemente na oferta do crédito. Mesmo não estando preparadas para tal expansão, após o ano de 2003 houve uma melhora na qualidade das carteiras, manutenção da inadimplência de novas concessões e redução das taxas de juros. Além disso, houve também uma significativa mudança tanto na estrutura do setor bancário, quanto no seu desempenho, apresentando um crescimento relevante entre 2003 a 2010 nas operações totais de crédito e, além de ser um dos períodos de maior crescimento do crédito bancário,

consequentemente foi também de maior crescimento econômico, já que com essa expansão do crédito as firmas buscam novas oportunidades de financiamento para expandir suas atividades e as famílias expandem seus gastos com bens de consumo.

No gráfico 5, é possível perceber essa evolução do crédito bancário em Uberlândia, sendo que nesse período os bancos privados predominavam a oferta de crédito em relação aos bancos públicos. De 2004 para 2005 teve uma variação positiva de 22,82% na oferta de crédito via bancos privados, já a mesma oferta pelos bancos públicos sofreu uma de 25,53% para 19,11% no mesmo período, como apresentado no Gráfico 6.

Gráfico 5- Total da Oferta de Crédito em Uberlândia entre 2003 e 2020 (em milhões)



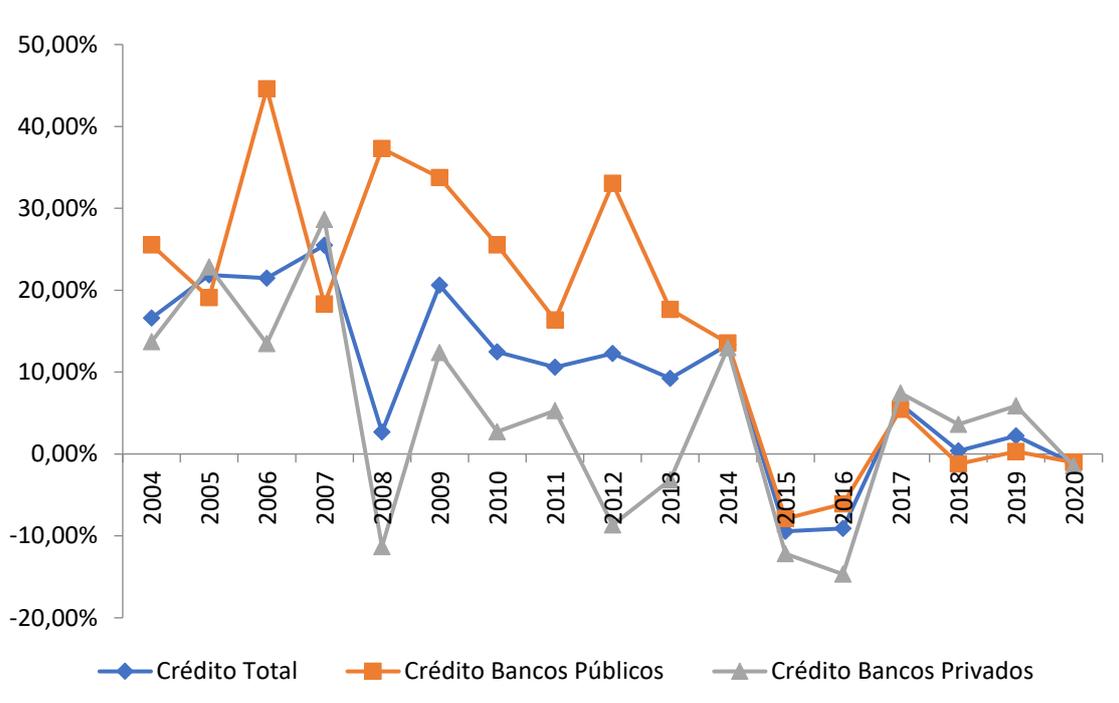
Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO ESTBAN DO BACEN.

A partir de 2008, em decorrência da crise financeira internacional que atingiu o Brasil pelo lado da oferta e consequentemente das incertezas presentes na economia, o aumento da preferência pela liquidez por parte dos bancos resultou em uma forte contração do crédito bancário, que procuram reduzir riscos. Com isso, os bancos públicos

foram essenciais ao executar políticas anticíclicas que espelhavam diretamente na dinâmica e na estrutura do setor, podendo-se afirmar que em momentos de incerteza, além da autoridade monetária, os bancos públicos também possuem capacidade para estimular a economia em momentos de crises e incertezas, evitando uma maior desaceleração na taxa de crescimento do crédito.

A partir de 2014, houve uma desaceleração da oferta de crédito, isso devido à economia brasileira como um todo apresentar menores taxas de crescimento, o crédito direcionado perdeu participação frente ao crédito de recursos livres, especialmente entre 2015 e 2016 e houve também perda do papel dos bancos públicos enquanto agentes anticíclicos.

Gráfico 6 - Variação do Total de Crédito em Uberlândia (em percentual)

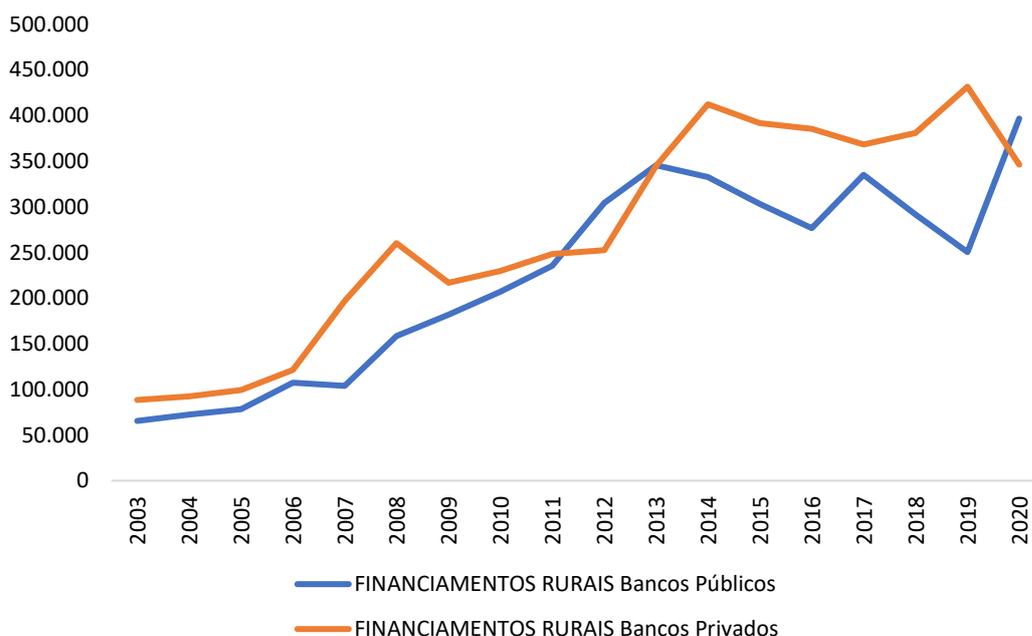


Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO ESTBAN DO BACEN.

Há uma predominância dos financiamentos rurais no portfólio do Banco do Brasil, sendo que no Gráfico 7 é possível notar que entre os anos de 2003 e 2020 em Uberlândia, durante a maior parte desse ciclo, os bancos privados como um todo somam

um total maior de financiamentos rurais em relação aos bancos públicos. Todavia, ao observar o gráfico 8, nota-se ao analisar os principais bancos que mostram uma maior oferta de financiamentos rurais - Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Rabobank, Itáú, Bradesco e Santander - percebe-se que o Banco do Brasil predomina o crédito rural durante todo esse período. É possível perceber também uma considerável expansão do mesmo desde 2003 a 2013, tendo uma queda em 2014, mas sempre sendo predominante na oferta do crédito rural em comparação aos outros bancos. Observa-se que, em 2017, a participação do Banco do Brasil retorna a subir novamente, tendo uma queda no ano seguinte e termina 2020 com a maior oferta de crédito rural dentre todos os anos.

Gráfico 7 - Financiamentos Rurais em Uberlândia (em milhões)

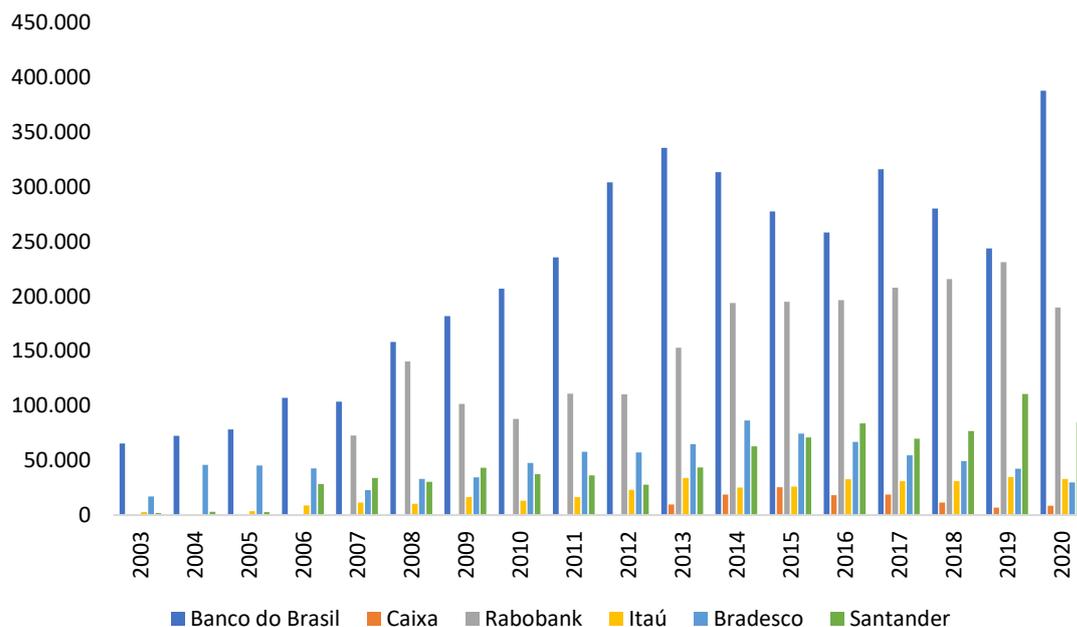


Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO ESTBAN DO BACEN.

No Gráfico 8, percebe-se a notória participação do Banco Internacional Rabobank na oferta de financiamentos rurais desde 2007, mostrando relevante fatia da distribuição de crédito rural até 2020. A Caixa Econômica Federal apesar de apresentar uma carteira diversificada de crédito, começa a ter uma pequena participação na concessão de crédito

rural apenas em 2013, e mesmo assim, considera-se uma parcela pequena, tendo sempre a predominância do Banco do Brasil.

Gráfico 8 - Principais Bancos de Financiamentos Rurais em Uberlândia (em milhões)



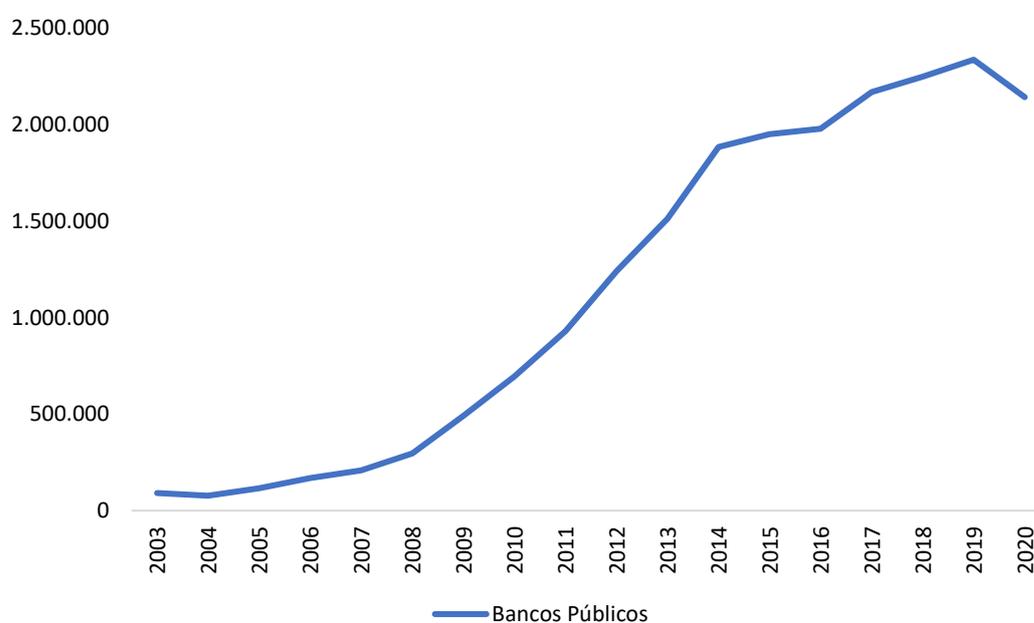
Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO ESTBAN DO BACEN.

Outro fator importante referente ao setor rural, que assim como mencionado no capítulo 2, por ser um setor arriscado devido às suas características, os bancos públicos estabeleceram que 25% originados à partir de depósitos à vista seriam destinados à concessão de crédito rural. Além disso, com a crise em 2008, os bancos públicos foram fundamentais para conter as dificuldades no setor, já que houve impactos negativos nesse período anticíclico, atingindo principalmente bancos privados.

No período do boom do ciclo do crédito bancário os bancos públicos também foram fundamentais para o setor habitacional, sendo a Caixa Econômica Federal a principal responsável pelos empréstimos direcionados ao crédito imobiliário. Essa

instituição é considerada o principal captador de recursos sob a forma de cadernetas de poupança no Brasil, que são usados como o principal *funding* para concessão de crédito imobiliário. No gráfico 9, nota-se que não há uma participação dos bancos privados no setor de financiamentos imobiliários, enquanto a participação dos bancos públicos, mais precisamente a Caixa, é cada vez mais crescente. Além disso, vale ressaltar também o programa Minha Casa, Minha Vida, oferecido pela Caixa, que é um dos principais incentivos nos empréstimos imobiliários, oferecendo juros menores e condições atraentes para aquisição de um imóvel, como subsídio de até 20% no valor do imóvel e taxa de documentação isenta de valores.

Gráfico 9 - Financiamentos Imobiliários em Uberlândia (em milhões)

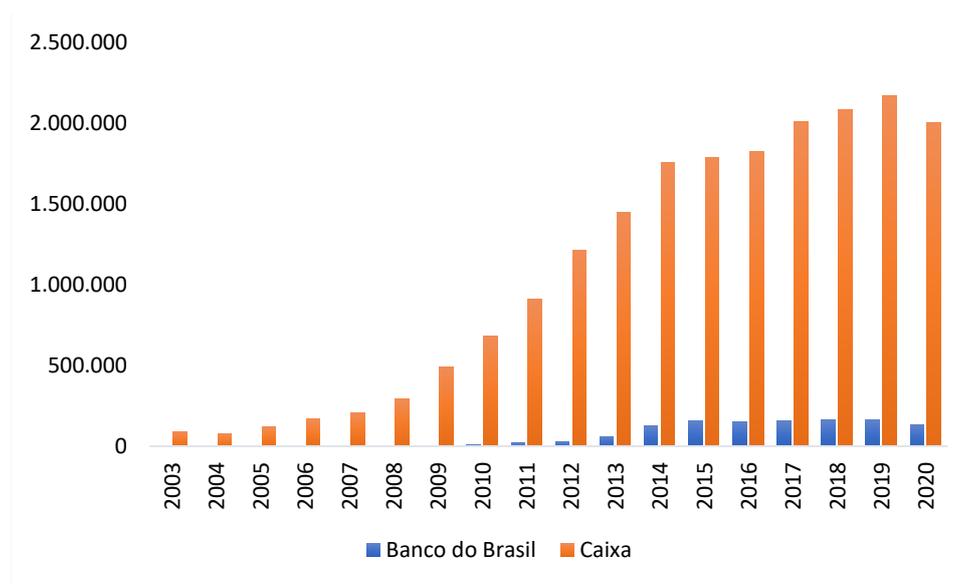


Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO ESTBAN DO BACEN.

Nos gráficos 10 e 11, expõe-se a dominância da Caixa em relação ao Bancos do Brasil na oferta de crédito imobiliário, sendo que há uma crescente oferta de financiamentos durante todo o ciclo do crédito, iniciando uma pequena participação em 2003, e se expandindo conforme o passar dos anos, mesmo durante o período anticíclico do crédito em 2008. Ademais, percebe-se que não houve uma queda no setor, o que explica pela participação fundamental dos bancos públicos, em especial a Caixa

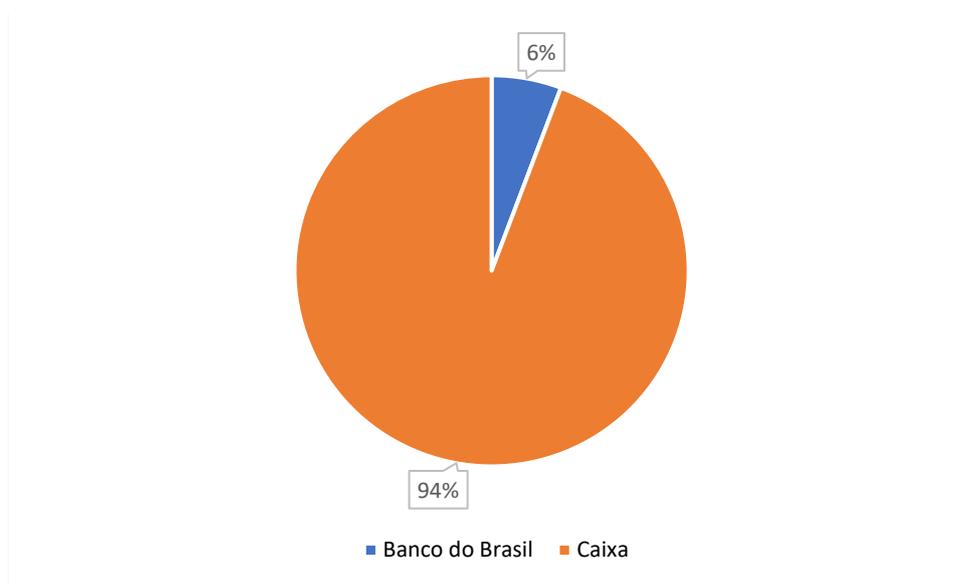
Econômica Federal com seu programa de incentivo habitacional. Nota-se também que, a partir de 2011, o Banco do Brasil passou a apresentar uma parcela, mesmo que pequena, da concessão do crédito imobiliário, apresentando um total de 6% da oferta de crédito do setor do período de 2011 a 2020.

Gráfico 10 - Financiamentos Imobiliários Banco do Brasil x Caixa em Uberlândia (em milhões)



Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO ESTBAN DO BACEN.

Gráfico 11 – Média dos Financiamentos Imobiliários Banco do Brasil x Caixa em Uberlândia entre 2003 e 2020 (em percentual)



Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO ESTBAN DO BACEN.

3.3. Dinâmica do Crédito Uberlândia x Ituiutaba

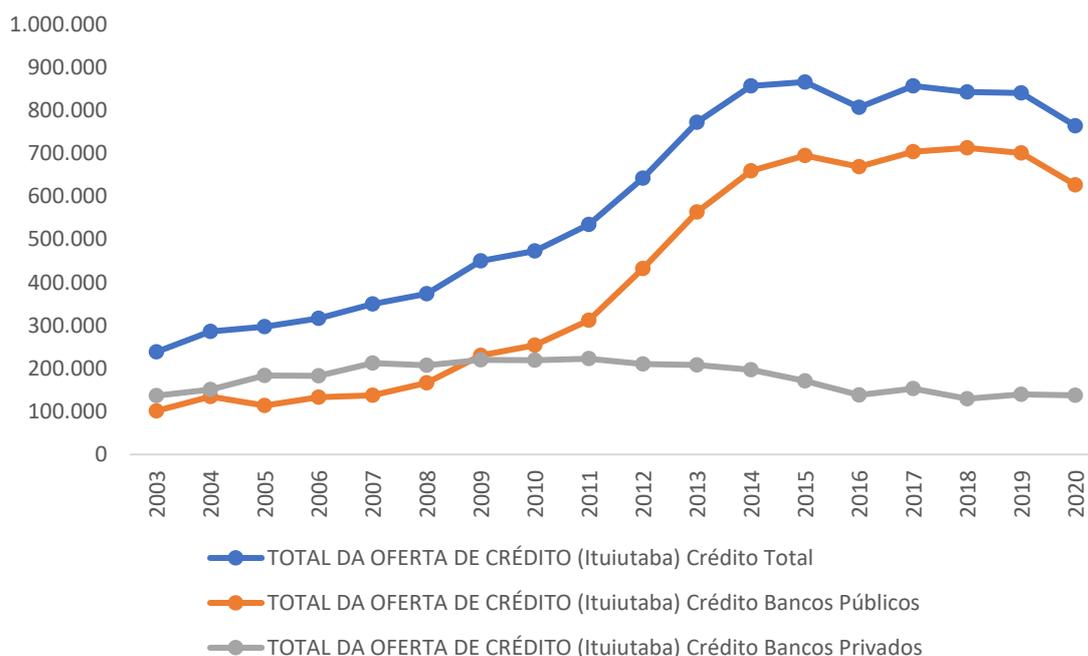
Com o intuito de comparar a dinâmica da oferta de crédito em um município central versus a oferta de crédito em um município periférico, será feita a comparação entre os municípios de Uberlândia e Ituiutaba, no qual Uberlândia é visto como o município central, considerado o município de maior dinamismo do Triângulo Mineiro e Ituiutaba considerada a região periférica.

Ituiutaba é um município de Minas Gerais que, segundo o último censo do IBGE, possui uma população de 97.171 pessoas. O motivo de escolha para análise do município é devido ao fato de ser uma região periférica se comparado a Uberlândia, tanto em fatores como quantidade populacional, PIB per capita e principalmente, de acordo com o principal tema abordado nesse estudo, a distribuição de crédito bancário.

Ao se fazer uma análise das duas regiões, assim como mencionado no capítulo 1, é correto afirmar que regiões centrais, que é o caso de Uberlândia, apresentam um maior

crescimento em relação às periféricas, já que são mais desenvolvidas economicamente, há uma maior oferta e demanda de crédito, fazendo com que a preferência pela liquidez seja menor, por transmitir mais segurança aos investimentos de menor liquidez, sendo assim os bancos tendem a concentrar suas operações de empréstimos nas regiões de maior dinamismo econômico. No gráfico 12, nota-se que a dinâmica do crédito em Ituiutaba é bem similar à de Uberlândia, entre 2003 e 2008, há uma predominância dos bancos privados em relação aos bancos públicos, a partir de 2008, devido à crise internacional e o fato dos bancos públicos terem sido fundamentais como agentes anticíclicos em todas as modalidades de crédito, os bancos públicos dispararam acima dos privados, apresentando quase que a dinâmica total da oferta de crédito. Percebe-se que entre 2009 e 2020 há uma queda gradual da oferta de crédito por parte dos bancos privados.

Gráfico 12 - Total da Oferta do Crédito em Ituiutaba (em milhões)

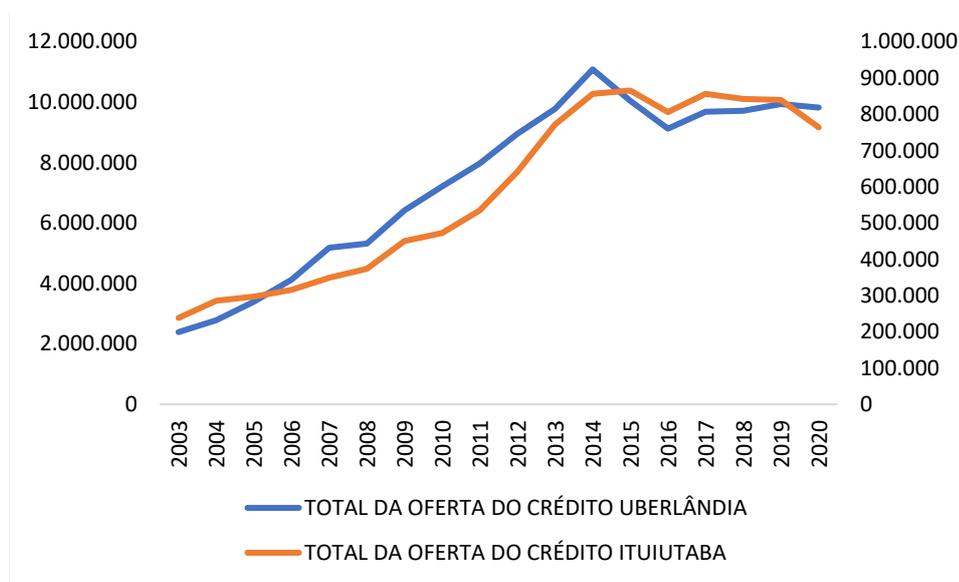


Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO ESTBAN DO BACEN.

No gráfico 13, é possível perceber a grande divergência na oferta de crédito entre as duas cidades, em Ituiutaba, apesar de uma leve ampliação no crédito ao longo dos anos, a oferta permanece quase que constante entre 2003 a 2020, já no caso de Uberlândia,

consta-se um importante crescimento no oferta de crédito entre 2003 e 2007, se estagnando entre 2007 e 2008 devido à crise financeira internacional, e voltando a se expandir significativamente a partir de 2009 devido aos bancos executarem políticas anticíclicas. Nas duas cidades, a partir de 2015, houve uma desaceleração da oferta de crédito, voltando a apresentar uma alta a partir de 2017.

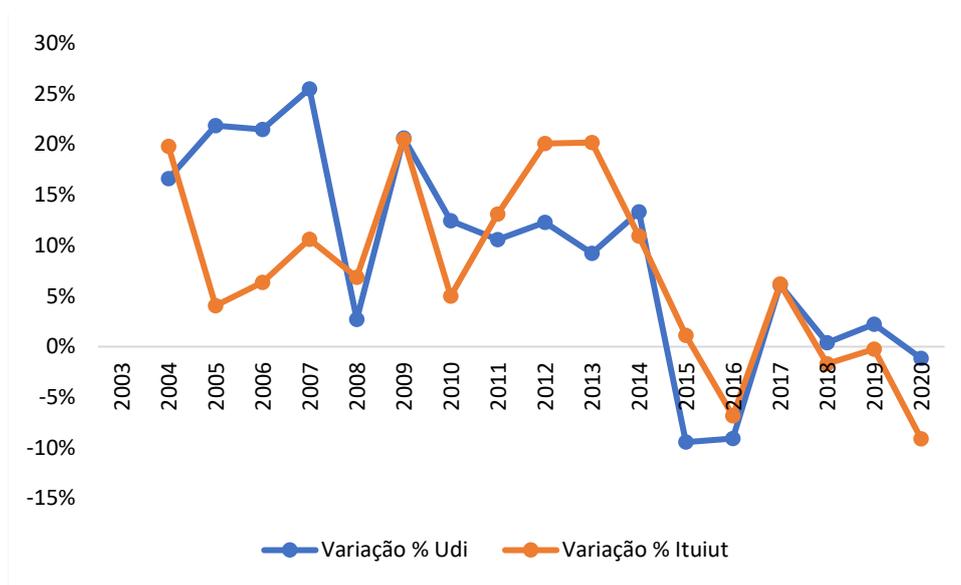
Gráfico 13 - Total da Oferta do Crédito em Uberlândia x Ituiutaba (em milhões)



Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO ESTBAN DO BACEN. *NOTA: Ituiutaba no eixo direito.

No gráfico 14, é possível notar a variação da oferta de crédito entre os anos, nota-se que entre 2003 e 2007, enquanto em Uberlândia a taxa de variação percentual mostrava uma elevação, em Ituiutaba de 2003 a 2005 sofreu uma queda, voltando a subir entre 2005 a 2007. Em ambas as cidades houve uma variação negativa entre 2007 e 2008, devido ao período da crise, voltando a se elevar simultaneamente após esse período devido às medidas tomadas, principalmente por parte dos bancos públicos. Nota-se uma variação negativa em ambas as cidades no período de 2015 até metade de 2016, voltando a ficar positiva apenas em 2017, e novamente em 2019, ambas apresentam uma variação negativa, mais intensa em Ituiutaba.

Gráfico 14 - Variação do Total da Oferta de Crédito em Uberlândia x Ituiutaba (em porcentual)

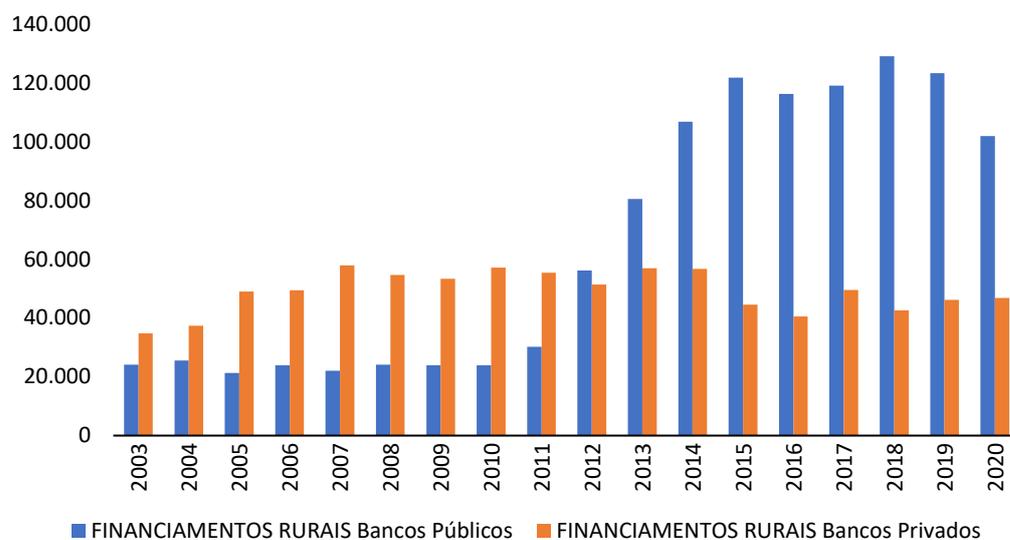


Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO ESTBAN DO BACEN.

No setor de financiamentos rurais na cidade de Ituiutaba, ilustrado no Gráfico 15, percebe-se que há uma predominância da oferta de crédito rural por parte dos bancos privados. No Gráfico 16 constata-se que, entre 2003 e 2011, o domínio desse setor em específico foi dos bancos privados, principalmente pelo Kirton Bank, que até o ano de 2010 prevalecia como o principal ofertante de empréstimos rurais. Percebe-se também no Gráfico 13, que entre esses anos que prevalecia o domínio pelo setor privado, a oferta permanecia constante, sem alterações positivas ou negativas. Após 2011, o Banco do Brasil assume a liderança na oferta de crédito no setor, e assim, há uma expansão significativa do crédito rural até o ano de 2015, que assim como mencionado anteriormente, foi um ano em que nacionalmente apresentou-se taxas menores de crescimento na economia, ocasionando uma desaceleração na oferta de crédito.

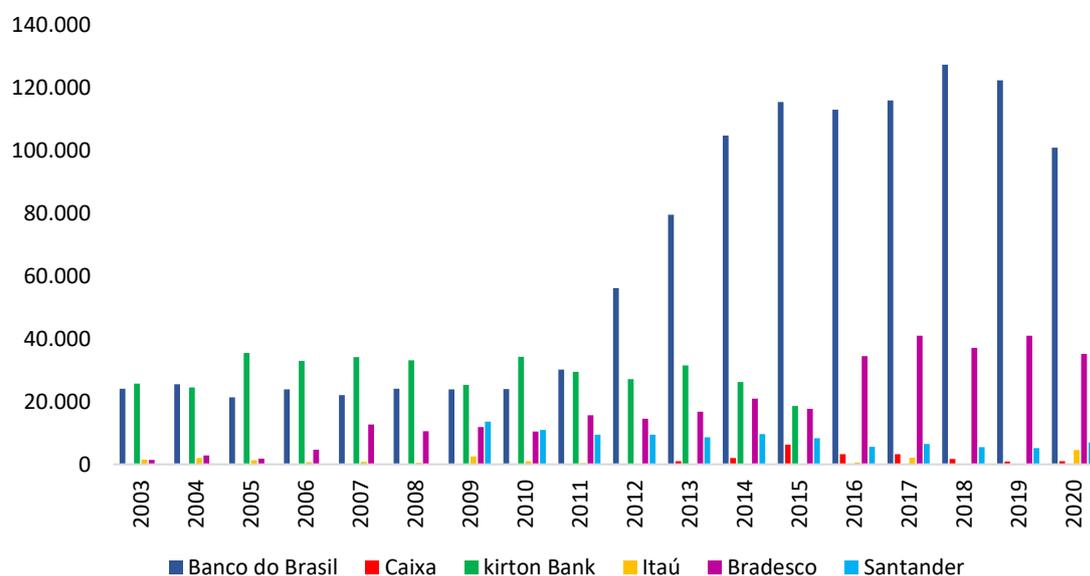
Nota-se no Gráfico 16, que a partir de 2011, quando o Banco do Brasil passa a ter controle sobre a oferta dos financiamentos rurais, o Kirton Bank começa a se dissipar, até que em 2016 não faz mais parte do setor bancário rural da cidade.

Gráfico 15 - Financiamentos Rurais em Ituiutaba (em milhões)



Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO ESTBAN DO BACEN.

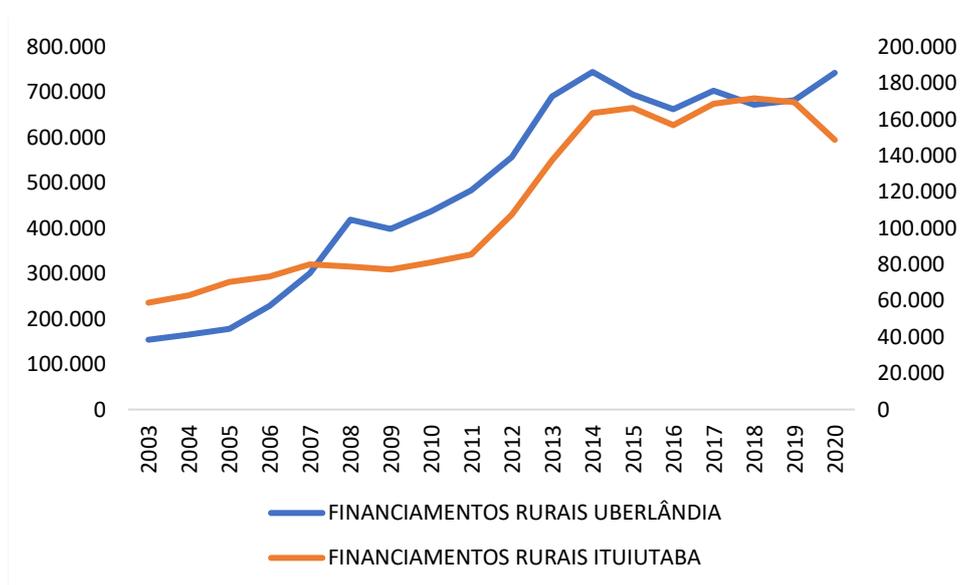
Gráfico 16 - Principais Bancos de Financiamentos Rurais em Ituiutaba (em milhões)



Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO ESTBAN DO BACEN.

No gráfico 17, há uma comparação da oferta dos financiamentos rurais em Uberlândia e em Ituiutaba. Identifica-se que em Uberlândia o crescimento da oferta do crédito rural é bastante superior à Ituiutaba. Desde 2007, visualiza-se uma considerável expansão do setor na primeira, enquanto na outra permanece um crescimento estável, com uma elevação em 2011, mas ao fazer uma comparação entre as duas percebe-se uma grande divergência, como é mostrado na Capítulo 1, sobre a diferença da distribuição de crédito bancário entre cidades periféricas e centrais.

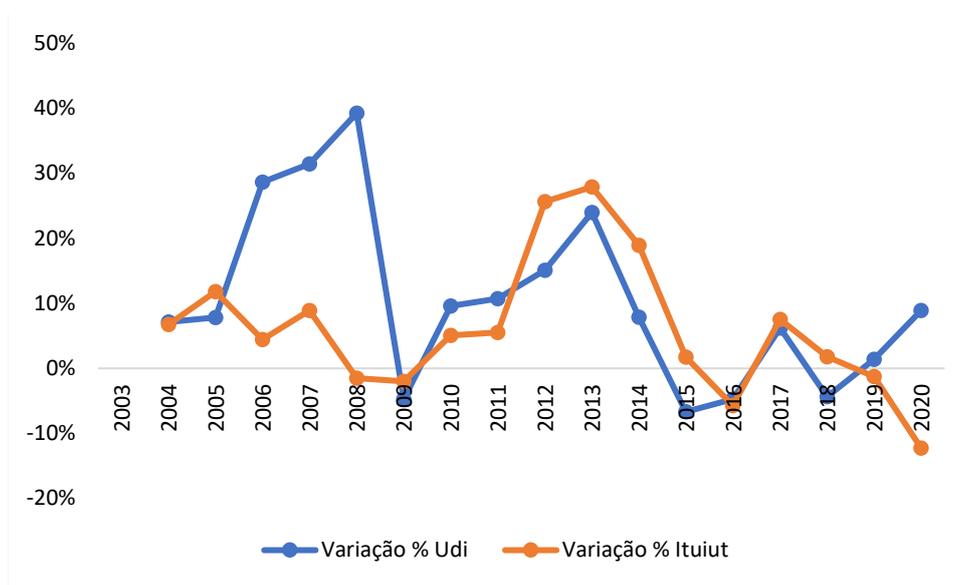
Gráfico 17 - Financiamentos Rurais em Uberlândia x Ituiutaba (em milhões)



Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO ESTBAN DO BACEN. *NOTA: Ituiutaba no eixo direito.

No Gráfico 18, onde é apresentado a variação em ambas as cidades, mostra-se que entre 2004 a 2008 há uma variação positiva bem superior no caso de Uberlândia, mas com uma queda brusca em 2008 devido à crise, ambas também voltam a se expandir após 2010 e apresentar um comportamento similar a partir de então, isso devido às ações anticíclicas dos bancos públicos para fomentar a economia.

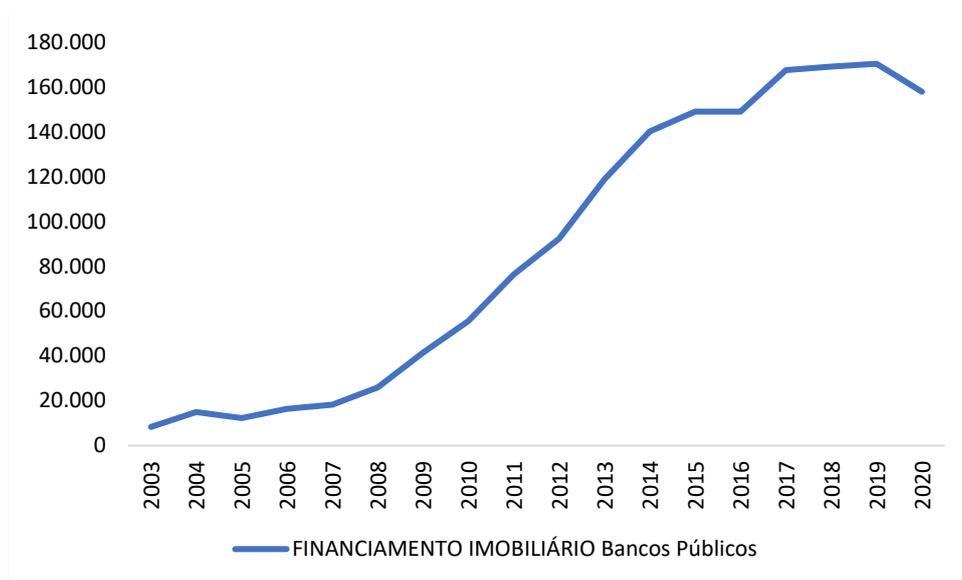
Gráfico 18 - Variação dos Financiamentos Rurais em Uberlândia x Ituiutaba (em percentual)



Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO ESTBAN DO BACEN.

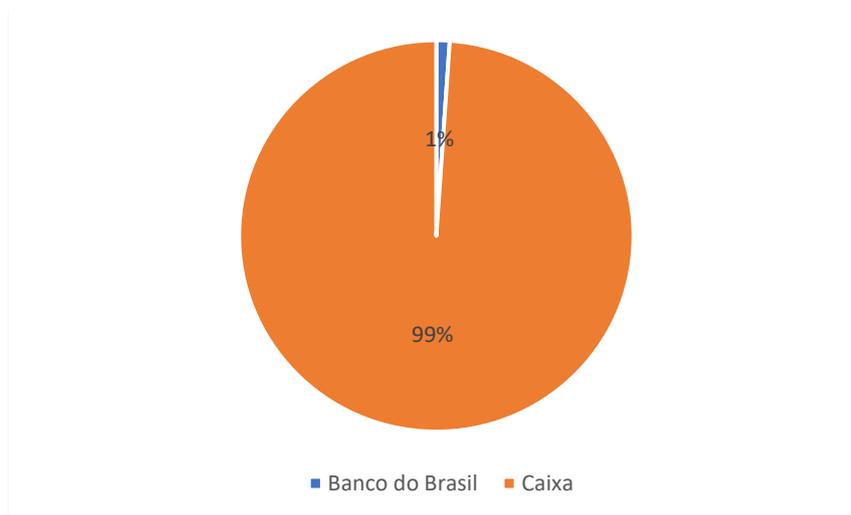
Quanto ao setor de financiamentos imobiliários em Ituiutaba, no Gráfico 19 é possível perceber que a dinâmica da oferta é bem similar à de Uberlândia, há uma oferta nula em relação a distribuição de crédito desse setor pelos bancos privados, e um domínio total pelos bancos públicos, mais precisamente a Caixa Econômica Federal, que lidera os empréstimos habitacionais com fatia de 99% da oferta total na cidade, enquanto o Banco do Brasil possui apenas 1% do setor, assim como exposto no Gráfico 18. Nota-se que houve um crescimento significativo ao longo dos anos analisados, principalmente a partir de 2008, devido ao importante papel que os bancos públicos atingiram e principalmente, devido ao Programa Minha Casa, Minha Vida, que surgiu em 2009 com o objetivo de reduzir o déficit habitacional no país.

Gráfico 19 - Financiamentos Imobiliários em Ituiutaba (em milhões)



Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO ESTBAN DO BACEN.

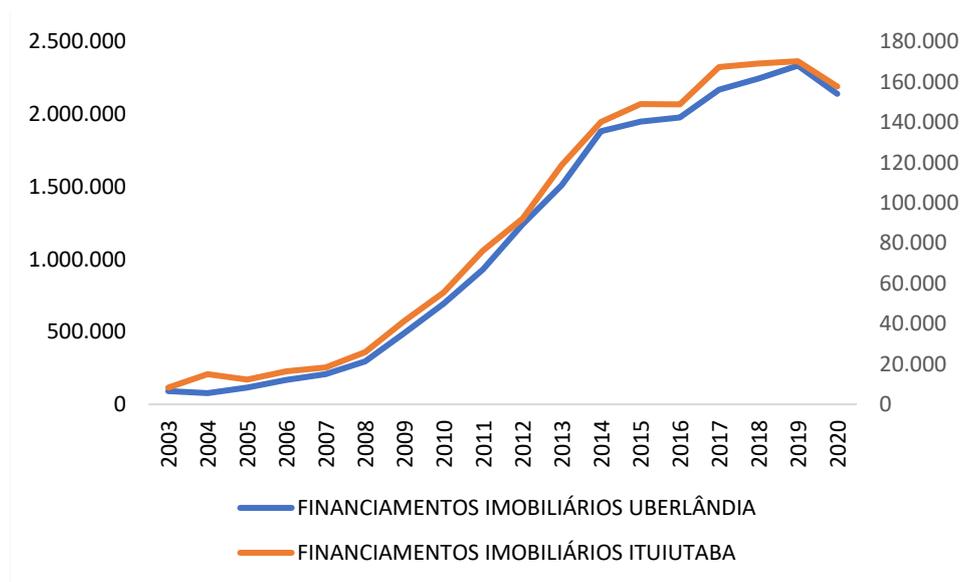
Gráfico 20 – Média dos Financiamentos Imobiliários Banco do Brasil x Caixa em Ituiutaba entre 2003 e 2020 (em percentual)



Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO ESTBAN DO BACEN.

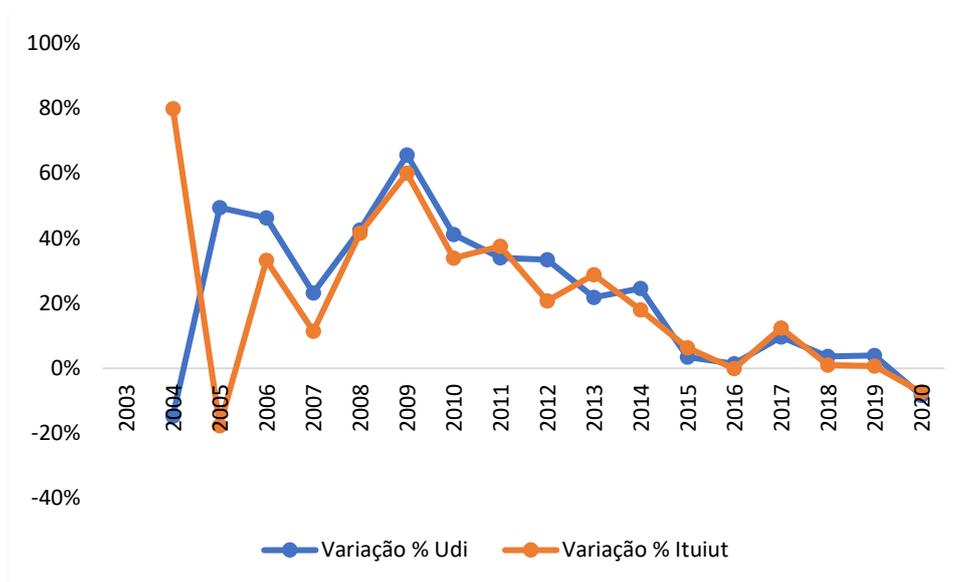
Ao fazer uma comparação entre as duas cidades no setor de crédito imobiliário, percebe-se no Gráfico 21, apesar de um crescimento similar durante todo o período analisado entre as duas cidades, a discrepância no número da oferta do financiamento habitacional é grande, no qual Uberlândia apresenta quase dez vezes mais da oferta presente em Ituiutaba.

Gráfico 21 - Financiamentos Imobiliários em Uberlândia x Ituiutaba (em milhões)



Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO ESTBAN DO BACEN. *NOTA: Ituiutaba no eixo direito.

Gráfico 22 - Variação dos Financiamentos Imobiliários Uberlândia x Ituiutaba (em percentual)



Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DO ESTBAN DO BACEN.

Já no gráfico 22, observa-se a variação dessa oferta nas duas cidades. Há uma variação negativa em Ituiutaba entre 2004 a 2005, voltando a se elevar a partir de então. Já no caso de Uberlândia, há uma alta considerável entre 2004 a 2005, sendo que ambas apresentam uma variação similar a partir de 2006. O pico da alta da oferta do crédito rural em ambas as cidades é no ano de 2009, que é justamente o ano que surge o Programa Minha Casa, Minha Vida da Caixa. Além disso, percebe-se que 2009 foi o ano de maior oferta do crédito imobiliário entre 2003 e 2020, mesmo após a implementação dos programas habitacionais nenhum ano mostrou maior destaque que o mencionado. Isso se dá ao fato de que ao surgir os Programa Minha Casa, Minha Vida, houve um *boom* no crédito imobiliário, no qual a população se beneficiou com menores taxas de juros, já que os bancos reduziram as taxas para aumentar a demanda nesse primeiro ano de surgimento do programa, e assim aumentar a oferta nos anos subsequentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do objetivo principal da monografia, de explorar a distribuição regional de crédito nos municípios de Uberlândia e Ituiutaba e investigar a diferença dessa dinâmica entre bancos públicos e privados, foram feitas análises da oferta de crédito tanto dos dois tipos de bancos no período de 2003 a 2020, passando por períodos de retração financeira e períodos de expansão, nos quais os bancos demonstraram divergências nessa oferta creditícia em todos os segmentos. Além disso, a questão regional também é notória que influencia bastante na oferta e demanda por crédito.

De acordo com os estudos e resultados analisados é possível afirmar que, assim como mencionado nos capítulos 1 e 2, a questão regional se difere bastante quanto a distribuição de crédito, visto que, em regiões desenvolvidas, como é o caso analisado de Uberlândia, essa oferta de crédito além de ser maior, influencia diretamente no desenvolvimento e financiamentos de investimentos no município, enquanto em regiões periféricas, como é o caso de Ituiutaba, há uma maior preferência pela liquidez, refletindo no desenvolvimento econômico da região.

É refletido também nas análises que o comportamento dos bancos na distribuição de crédito dos segmentos imobiliários e rurais apresentam um comportamento similar nas duas regiões, ou seja, ambos os municípios demonstram destaque na distribuição de crédito por parte dos bancos públicos, sendo o Banco do Brasil pioneiro em crédito rural e a Caixa dominante em crédito imobiliário. É importante destacar que, apesar de comportamentos similares entre os municípios nessa distribuição de crédito, os valores em si ofertados são altamente divergentes. Há uma predominância bem maior em Uberlândia, fator que influencia diretamente no desenvolvimento e investimentos estruturais na cidade, enquanto em Ituiutaba percebe-se uma estagnação ao passar dos anos, ponto que prova exatamente o que foi exposto nos capítulos anteriores, uma maior preferência pela liquidez e menor investimentos na localidade em si.

Além disso, é notório o papel de destaque dos bancos públicos em momentos de crises econômicas, como é o caso da crise internacional que desencadeou em uma retração

da oferta de crédito a partir de 2008, tendo os bancos públicos tomado medidas contracíclicas para contornar a situação, podendo perceber novamente uma expansão do crédito nos anos seguintes à crise. Com isso, conseqüentemente os bancos públicos se sobressaíram em relação aos bancos privados na oferta de todos os setores de créditos em estando em papel de destaque até então. Vale ressaltar, que uma possibilidade de continuação da pesquisa em examinar com estatísticas ou econometria os dados financeiros versus dados econômicos e sociais da região poderia aprofundar uma relação entre a dimensão financeira e o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, A. (2000). **Limites monetários ao crescimento: Keynes e a não-neutralidade da moeda.** In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 44-81.

ARAÚJO, V.; CINTRA, M. A.. **O papel dos bancos públicos federais na economia brasileira.** IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2011.

CARVALHO (2006). **A economia keynesiana e a moeda na economia moderna.** In: CROCCO, M.; JAYME JR., F. G. (Org.). *Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira.* Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 29-38.

CEPES, 2021. **Painel de Informações Municipais de Uberlândia - 2021: A COVID-19 em Uberlândia – 2ª Edição.** Uberlândia-MG: Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais/Instituto de Economia e Relações Internacionais/Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <http://www.ieri.ufu.br/cepes/publicacoes/Painel-de-Informacoes-Municipais>.

CHICK (1994). **A evolução do sistema bancário e a teoria da poupança, do investimento e dos juros.** Ensaio, FEE. Porto Alegre, 1994.

CORRÊA, V.P. (2017). **Evolução do crédito no sistema financeiro nacional: uma periodicidade do período 2003-2016.** Texto para Discussão do Núcleo de Desenvolvimento e políticas Públicas do IERI/UFU, 2017.

CROCCO, M. **Centralidade e hierarquia do sistema financeiro brasileiro.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2011.

FIGUEIREDO, A. T. L. (2009). **Uma abordagem pós-keynesiana para a teoria da localização: análise da moeda como fator determinante na escolha locacional das empresas.** 116f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas – UFMG, Belo Horizonte.

JAYME JUNIOR, F.; CROCCO, M. (Org.). **Bancos públicos e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Editora Atlas. 1982. Caps. 13, 15 e 17.

NOGUEIRA, M.; CROCCO, M.; SANTOS, F. **Bancos públicos e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010.

OLIVEIRA, F.; ARAÚJO, V. **Crédito bancário e desenvolvimento regional: novos apontamentos para os anos 2010-2019**. In: Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política da SEP – Sociedade Brasileira de Economia Política, 2020.

PAULA, L. F. **Sistema Financeiro, bancos e financiamento da economia: uma abordagem keynesiana**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2014.

PAULA, L. F.; JÚNIOR, A. **Comportamento dos Bancos e Ciclo de Crédito no Brasil em 2003-2016: Uma Análise Pós-Keynesiana da Preferência pela Liquidez**. Revista de Economia Contemporânea, 2019.

PAULA, L. F.; OREIRO, J. L.; BASÍLIO, F. **Estrutura do setor bancário e o ciclo recente de expansão do crédito: O papel dos bancos públicos federais**. Nova Economia. Belo Horizonte, 2013.

SANTANA, B.; ARANTES, E. **Política monetária e a (não) neutralidade da moeda: Uma análise comparativa entre as visões Austríaca, Pós-Keynesiana, Novo-Clássica e Novo-Keynesiana**. MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics, vol. 9, 2021. Instituto Ludwig von Mises – Brasil.

STUDART, R (1993). **O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma alternativa pós keynesiana à visão convencional**. *Revista de Economia Política*, vol. 13, n.1 (49), Janeiro-Março.